



ESTADO DE RONDÔNIA

DIÁRIO

DA

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Nº 001

PORTO VELHO-RO, TERÇA-FEIRA, 7 DE MARÇO DE 2006

ANO XXIV

SUMÁRIO

3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 6ª LEGISLATURA

78ª SESSÃO ORDINÁRIA.....	01
79ª SESSÃO ORDINÁRIA.....	15
ATOS DIVERSOS.....	24
EDITAL DE CADASTRAMENTO.....	24

**ATA DA 78ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª
SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA.
Em 14 de dezembro de 2005.**

**Presidência dos Srs.
Carlão de Oliveira – Presidente
Deusdete Alves – 4º Secretário**

(Às 9 horas e 30 minutos é aberta a sessão).

COMPARECEM OS SENHORES: Nereu Klosinski (PT), Neri Firigolo (PT), Amarildo Almeida (PDT), Doutor Deusdete (PDT), Edison Gazoni (PDT), Dr. Carlos (PDT), Chico Paraíba (PMDB), Daniel Neri (PMDB), João da Muleta (PMDB), Marcos Donadon (PMDB), Ellen Ruth (PP), Haroldo Santos (PP), Kaká Mendonça (PTB), Leudo Buriti (PTB), Chico Doido (PSB), Paulo Morais (PL), Ronilton Capixaba (PL), Everton Leoni (PRONA), Romeu Reolon (PSL), Carlão de Oliveira (PSL), Edézio Martelli (PTN), Beto do Trento (PSDC), e Renato Velloso (PPS).

O SR. PRESIDENTE(Deusdete Alves) – Havendo número legal, invocando a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta a 78ª Sessão Ordinária da 3ª Sessão Legislativa da 6ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia.

Está suspensa a sessão.

(Suspende-se esta sessão às 9 horas e 31 minutos, reabrindo-a às 14 horas e 5 minutos, com o senhor Carlão de Oliveira).

O SR. PRESIDENTE(Carlão de Oliveira) – Está reaberta a sessão.

Solicito ao Sr. Secretário proceder à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. CHICO PARAÍBA (1º Secretário) – Procedendo à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Carlão de Oliveira) – Em discussão a Ata que acaba de ser lida. Não havendo impugnação, dou-a por aprovada.

Solicito ao 1º Secretário que proceda à leitura do expediente recebido.

O SR. CHICO PARAÍBA (1º Secretário) – Procede à leitura do expediente recebido.

EXPEDIENTE RECEBIDO

1. ATO 085/2005. Prorroga o prazo da Comissão de Inquérito que menciona.

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso XIII do parágrafo 1º do Art. 14 c/c o inciso III do parágrafo 1º do Art. 33, todos do Regimento Interno, resolve:

Art. 1º Prorrogar por mais 30 (trinta) dias o prazo da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar eventuais irregularidades na aplicação dos recursos destinados à Secretaria de Estado da Educação – SEDUC, na atual gestão.

2. ATO nº 084/2005. Nomeia membro nas Comissões que menciona.

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições que lhe confere a alínea "a", inciso III do art. 14 do Regimento Interno, resolve:

Art. 1º. Nomear o Deputado Paulo Moraes – PL, em substituição ao Deputado Neodi de Oliveira, como membro efetivo nas Comissões Permanentes de Indústria e Comércio, Minas e Energia; Meio Ambiente; e de Obras Públicas; e como

suplente nas Comissões de Agricultura, Política Agrária, Abastecimento e de Direitos Humanos.

Art. 2º. Este ato entra em vigor na data de sua assinatura.

3. Mensagem 126 do Poder Executivo, de 13 de dezembro de 2005.

“Excelentíssimos Senhores membros da Assembléia Legislativa.

Tenho a honra de submeter a elevada apreciação e deliberação dessa egrégia Assembléia Legislativa, nos termos do inciso III do Art. 65 da Constituição Estadual, o anexo projeto de Lei Complementar que “Institui a Gratificação de Produtividade aos ocupantes do cargo de Engenheiro, Arquiteto, Agrônomo, Geólogo, Geógrafo, Meteorologista, Engenheiro Operacional e Tecnólogo, do Quadro Permanente de Pessoal Civil do Estado de Rondônia”.

4. Ofício nº 910/05 – COTEL, em resposta ao Of. P/434/05, referente à Indicação nº 1349/05, de autoria do Deputado Ronilton Capixaba.

5. Ofício nº 911/05 – COTEL, em resposta ao Of. P/425/05, referente à Indicação nº 1355/05, de autoria do Deputado Chico Paraíba.

6. Ofício nº 912/05 – COTEL, em resposta ao Of. P/426/05, referente à Indicação nº 1356/05, de autoria do Deputado Dr. Deusdete Alves.

7. Ofício nº 914/05 – COTEL, em resposta ao Of. P/452/05, referente à Indicação nº 1371/05, de autoria do Deputado Neodi de Oliveira.

8. Ofício nº 915/05 - COTEL, em resposta ao Of. P/451/05, referente à Indicação nº 1370/05, de autoria do Deputado Neodi de Oliveira.

9. Ofício nº 916/05 – COTEL, em resposta ao Of. P/420/05, referente à Indicação nº 1344/05, de autoria do Deputado Beto do Trento.

10. Ofício nº 917/05 – COTEL, em resposta ao Of. P/430/05, referente à Indicação nº 1360/05, de autoria do Deputado Neodi de Oliveira.

11. Ofício nº 918/05 – COTEL, em resposta ao Of. P/431/05, referente à Indicação nº 1361/05, de autoria do Deputado Neodi de Oliveira.

12. Ofício nº 922/05 – COTEL, em resposta ao Of. P/453/05, referente à Indicação nº 1372/05, de autoria do Deputado Nereu Klosinski.

13. Ofício nº 938/05 – COTEL, em resposta ao Of. P/444/05, referente à Indicação nº 1362/05, de autoria do Deputado Romeu Reolon.

14. Clube de Mães, Idosos e Crianças do Bairro Lagoinha, solicitando que seja feito Projeto de Lei para declarar a mesma de utilidade pública.

15. Comunicado nº AL 000993/05/05, Ministério da Educação, informando sobre a liberação de recursos financeiros para a execução de programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Programas - PNATE, no valor de R\$16.616,68, e FUNDESCOLA, no valor de R\$31.797,90.

16. Central das Associações de Produtores Rurais do Município de Porto Velho, solicitando que seja feito Projeto de Lei para declarar a mesma de utilidade pública.

17. Associação Creche Mãe Trabalhadora, **solicitando que seja feito Projeto de Lei para declarar a mesma de utilidade pública.**

O SR. PRESIDENTE(Carlão de Oliveira) - Passamos às Breves Comunicações. Não há Oradores inscritos. Passamos ao Grande Expediente.

Com a palavra o Deputado Chico Paraíba.

GRANDE EXPEDIENTE

O SR. CHICO PARAÍBA – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, imprensa e público que nos prestigia no Plenário desta Casa.

Eu, Sr. Presidente, continuo perplexo. Estive visitando, Deputado Ronilton Capixaba, Deputada Ellen Ruth, todos os Srs. Deputados presentes, diversas Secretarias, e fiquei surpreso, porque muitas das nossas emendas já foram remanejadas. Ou seja, eu, sem sombra de dúvida, posso dizer, pelos mandatos que já tive nesta Casa, que eu nunca vi na minha vida um desprestígio tão grande como o desprestígio aos Parlamentares desta Legislatura. Mas é desprestígio mesmo. E o desprestígio é tão grande que nós já estamos no nosso 3º ano de mandato e hoje são exatamente 14 de dezembro, faltam apenas 16 dias para terminar o ano e ainda estão com engodo, dizendo que as nossas emendas, o pouco que restou, porque de um milhão, de dois milhões, de mil para um milhão, um milhão, que não é aquele milho grande, não, da espiga grande, diminuiu para setecentos, diminuiu para

SECRETARIA LEGISLATIVA

Maria Iris Dias de Lima Diniz - Secretária Legislativa
Roger Luz da Silva - Divisão de Publicações e Anais
Silene Galdino Leite Reis - Divisão de Taquigrafia

O DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA FOI CRIADO PELA RESOLUÇÃO Nº 05/83, ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia
Palácio Teotônio Vilela
Rua Major Amarante s/n, Arigolândia
CEP 78.900-901 Porto Velho-RO

MESA DIRETORA

Carlão de Oliveira - Presidente
Kaká Mendonça – 1º Vice-Presidente
Haroldo Santos – 2º Vice-Presidente
Chico Paraíba – 1º Secretário
Ellen Ruth – 2º Secretário
João da Muleta – 3º Secretário
Dr. Deusdete Alves – 4º Secretário

Controle geral de processamento: Roger Luz Silva.
Controle de fluxo de documentos: Célia Aguiar
Correção Gramatical, Ortográfica e Redacional: Matias Mendes, Iris de Oliveira e Fátima Araújo.
Processamento de textos: Sandra Almeida, Mariléia Azevedo, Juliana Antonia e Pedro Rocha
Indexação e processamento de textos: Edmilcia Martins e Fátima Albuquerque.
Revisão de textos: Maria do Carmo.
Revisão técnica final das sessões: Maria do Carmo.
Diagramação: Robison Luz da Silva e Ana Cristina Favacho.
Distribuição e org. Anais: Terezinha Dias.
Taquigrafia: Ana Jóia, Elizete, Gláucia, Jô, Cida, Irene, Ceíça, Mirian, Neide, Neuza e Rô.
Revisão das notas taquigráficas: Silene G. Leite Reis

seiscentos, agora para quinhentos e vinte, e, Deputado Ronilton Capixaba, eu queria que pelo menos, já que o que fizeram com a gente não tem o que fazer mais, já nos massacraram, cutucaram, desmoralizaram, desrespeitaram, falta fazer mais o que com a gente, Deputado Gazoni? Nada.

Eu acho que a gente tinha que fazer um pacto: enquanto não liberar, mas é o dinheirinho na conta, porque esse negócio de dizer que foi empenhado, que assinou o convênio, isso é conversa para boi dormir, eu já ouvi esta história antes. Nós já tivemos, Deputado Amarildo Almeida, em outras oportunidades emendas empenhadas e simplesmente canceladas. Será que depois de tudo isso nós agora vamos, Deputado Ronilton Capixaba, acreditar que depois de empenhada que vai ser liberada? Eu queria fazer um pacto com os companheiros, dizendo o seguinte: só vamos votar projeto do Governo, não projetos dos funcionários, eu acho que qualquer projeto para atender a categoria de funcionários nós temos que votar; agora, projetos do Governo que seja pedindo suplementação, Deputado Carlão de Oliveira, projeto do Governo que seja para remanejar nossas emendas, nós não temos que votar nada. Nós temos que fazer o mesmo tratamento que fizeram com a gente, porque o povo lá está esperando as nossas emendas, companheiros.

Aí o pessoal diz o seguinte: não tem dinheiro para liberar nada. Quem é dos Deputados aqui, com algumas exceções, que foram convidados para assinar convênio do FITHA? Eu não vi, pelo menos se foi um convite foi aquele convite frio, que chega aquele tal de agenda lá, Deputado João da Muleta, que é aquele papel gelado, que parece um defunto do caixão, aquele papel gelado sem nenhum entusiasmo que nós, Deputados, participássemos de qualquer coisa.

Então eu quero dizer, Sr. Presidente, que já dizem que a gente não tem força, eu já estou deixando claro, eu vou pedir vistas ao orçamento com o apoio da maioria dos companheiros. Quando cair o dinheiro na conta do Deputado Ronilton Capixaba, do Deputado Everton Leoni, do Deputado João da Muleta, do Deputado Carlão de Oliveira e do Deputado Dr. Deusdete Alves, de todos, aí a gente começa a pensar. Porque nós não estamos errados, não. Nós estamos defendendo o interesse das comunidades. Então eu queria dizer para os senhores que ou a gente realmente assume o nosso papel de Deputado para o que nós fomos eleitos, ou nós vamos ficar, Deputada Ellen Ruth, desmoralizados mais uma vez. Então eu queria dizer que de fato não adianta alguém querer ficar animadinho, alegrinho, se não vermos o dinheiro na conta, Deputado Amarildo. É na conta. E eu quero dizer para vocês: quem de nós quer tirar recesso? Para quê? Para que tirar recesso? Para nós descermos lá para as nossas comunidades com a cara de Amélia de tanta mentira que nós inventamos, que nós prometemos. Coitado do Deputado Romeu Reolon que entrou ontem, estive lá no Alto Paraíso, ele prometeu tanta coisa. Então para que tirar recesso? Eu não quero tirar recesso, Presidente. Eu estou aqui a toda hora aguardando a liberação das emendas com o dinheiro na conta. O dinheiro, Deputado Neri Firigolo, da Assembléia é um dinheiro constitucional.

Então, Sr. Presidente Carlão, se tiver algum dinheiro para liberar para o nosso Poder, nós não estamos pedindo favor, não. Orçamento é lei. E lei tem que ser cumprida. Então eu quero dizer para os senhores que eu nunca me senti assim tão arrasado e tão desprestigiado. Nós estamos piores do que aqueles coitadinhos, daqueles vereadores de municípios pequenos que, com licença da palavra, é o que está acontecendo conosco, Deputados. Eu falei, é verdade, o Deputado Neodi de Oliveira não está aqui mais, eu acho que ele aperreou muito o nosso amigo Paulo Moraes e o nosso amigo Paulo Moraes disse: "Não, eu quero ser Deputado". O que aconteceu? Nós, há 14 dias ainda estão dizendo que vão liberar as nossas emendas,

que vão ficar empenhada, e depois que empenhar, assina o convênio e está tudo garantido.

Ora, pelo amor de Deus, será que nós ainda vamos cair nesse conto de novo? Deputada Ellen Ruth, eu não vou cair nessa, não, viu? Eu espero que a maioria aqui também, nesse final de ano que levante a cabeça e realmente só aprovamos as matérias depois que as emendas estiverem na conta.

Eu estou pedindo, Sr. Presidente, aqui, abertamente, um apoio aos companheiros para que a gente possa pedir vistas ao orçamento e eu não estou preocupado que vão dizer que vai prejudicar o povo, não, porque já disseram isso antes. Na discussão daquele orçamento passado diziam que nós que tínhamos estimado o orçamento. E todo mundo sabe que quem mandou o orçamento superestimado foi o Governo, mas o que valeu? Valeu exatamente o que é dito. Porque se falou nos quatro cantos do Estado que a gente tinha superestimado o orçamento. Não é verdade. Quem mandou o orçamento superestimado foi o Executivo. Então eu quero dizer para os companheiros que se realmente o cara trocar quatro anos do seu mandato para levar em outras áreas, porque na área da Educação, na área da Saúde a gente sabe que é obrigado a aplicar os índices e os índices na área da Educação e Saúde são índices que tem que aplicar por lei. Agora eu pergunto: quantas emendas nós liberamos na Agricultura? Eu, por exemplo, briguei muito pelo setor agrícola, eu não liberei sequer um cibazol na área da Agricultura, nada. A maioria de nós na área de infra-estrutura quem liberou um quilômetro de asfalto, a não ser o Presidente da Assembléia Legislativa, que falou para mim há pouco tempo que não liberou nada na área de infra-estrutura. Quem liberou asfalto aqui? Eu não vi, água, e assim sucessivamente. Então nós não vimos nada na área de infra-estrutura.

O Governo do Estado está recebendo a CIDE, eu estou pedindo informação por escrito, que é o imposto sobre os combustíveis, Deputado Neri Firigolo, mais o FITHA, mais não sei o quê. E nós Deputados? Aí eu acho interessante, tem Secretário do Governo que vai lá no interior e diz: "Oh, Deputado não serve para nada." E eles doidos para serem Deputados, fazendo campanha, querendo o nosso lugar. Então eu quero dizer para o Sr. Presidente da Assembléia Carlão de Oliveira que eu acho que está no momento de a gente exigir os nossos direitos e eu não estou escondendo, não. Eu só vou votar matéria de interesse financeiro para o governo desde que não sejam coisas essenciais, não podemos deixar de votar um projeto que seja específico para a área de Saúde e de recursos federais. Nós não podemos deixar de votar um projeto que seja na área da Educação específica, mas projeto de suplementação, remanejamento, olha, minha gente, vamos abrir o olho, porque depois que nós votarmos este orçamento, se já montaram em nós, só falta botar a cangalha, o arreo e descer o pau e montar em cima. Isso esta Casa não pode permitir.

Então eu quero dizer para os senhores que podem ficar tranquilos, eu, Chico Paraíba, vou pedir vistas ao orçamento com o apoio de vocês, podem jogar a culpa em cima de mim, podem culpar, é o Chico que está travando tudo, podem culpar, mas eu não estou preocupado, estou preocupado, sim, com a verdade. Nós votamos todas as matérias do Governo durante estes três anos, votamos até o que não devíamos votar e até hoje nós estamos aí nesta expectativa. Então eu quero dizer para os senhores que este momento é de união, nós precisamos nos unir para defender-nos.

Então são essas as minhas palavras. Eu estive conversando agora com o pessoal da Defensoria. Vocês sabem a luta que nós tivemos para, na lei de Diretrizes, incluir um por cento do orçamento para a Defensoria Pública. O Governo vetou,

nós derrubamos o veto, depois o Governo mandou um novo projeto falando do mesmo assunto, no mesmo ano legislativo, isso não podia...

O Sr. Ronilton Capixaba – Um aparte, Deputado Chico Paraíba?

O SR. CHICO PARAÍBA – Pois não.

O Sr. Ronilton Capixaba – Aqui no baixo escalão, Deputado, o PL concorda com suas palavras em parte, de 75% ou 80%, e concordamos com o pacto que V.Ex^a pede. O Deputado Ronilton Capixaba é do PL e hoje a bancada do PL é maior, está com 12 Deputados, o Deputado Paulo Moraes retorna a esta Casa. Quero parabenizá-lo pelo trabalho feito na Secretaria de Segurança e se sinta em Casa, Deputado Paulo Moraes, depois de três anos ausente desta Casa e a bancada do PL aqui do fundo da cozinha concorda com V.Ex^a., até que o Governo do Estado cumpra aquilo que nós prometemos, lá nas nossas bases que são as nossas emendas.

Obrigado Deputado Chico Paraíba.

O SR. CHICO PARAÍBA – Eu agradeço as palavras do Deputado Ronilton Capixaba, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, e queria que todos os Parlamentares fizessem essa reflexão. Na realidade, se nós não nos preocuparmos depois de três anos em liberar as nossas emendas, vai ficar difícil a gente voltar para as nossas comunidades.

Eu agradeço, Sr. Presidente, e de qualquer forma o PL está unido como nunca. Eu espero que o nosso PMDB, que tem o nosso líder Deputado Daniel Neri, que a gente possa unir a nossa bancada, porque a bancada do PMDB são quatro: Deputados Daniel Neri, João da Muleta, Chico Paraíba e o Marcos Donadon. Que a gente possa unir a nossa bancada e tirar uma decisão no voto, para que a gente possa de qualquer forma e assim a gente pede para todas as bancadas. A bancada do PT, que estão lá o nosso líder Neri Firigolo e o Deputado Nereu, a bancada do PDT, do PT e de todas as bancadas. Nós esperamos que de fato a gente possa tomar essa providência.

Obrigado Sr. Presidente.

(Às 14 horas e 42 minutos o senhor Carlão de Oliveira passa a presidência ao Sr. Deusdete Alves).

O SR. PRESIDENTE (Deusdete Alves) – Com a palavra o nobre Deputado Martelli, por vinte minutos, com direito a aparte, se assim o permitir.

O SR. EDÉZIO MARTELLI – Sr. Presidente, Srs. Deputados, colega Deputada, imprensa, público presente.

Sr. Presidente, eu poderia dizer de ter o privilégio, aliás não é o privilégio do Deputado Renato Velloso, do Paulo Moraes que agora nos prestigia de volta a esta Casa. Eu estou aqui completando dois mandatos, sete orçamentos votados. Eu me lembro do primeiro que falava em oitocentos milhões, o segundo um milhão, um milhão e pouco e para encurtar a conversa, nós estamos falando de um orçamento de mais de dois bilhões e meio. Eu só estou falando isso até para reconhecimento. Hoje nós estamos aqui, a maioria do nosso público na galeria é de Auditores Fiscais, até porque merecidamente está sendo votada a mensagem nesta Casa reconhecendo o brilhante trabalho que vocês têm prestado ao Estado de Rondônia, levando uma receita de sete anos atrás de oitocentos mil para dois bilhões e meio.

E voltando a falar da questão do orçamento, eu poderia dizer que todos os anos, aliás eu não conheço nesta Casa nenhum ano em que foi o recesso parlamentar dentro da data prevista acontecesse, 26, 28 de dezembro, 29 de dezembro, em função basicamente do orçamento. Primeiro que é um volume de projetos muito grande que vão ficando ao longo dos dias e acumula, e com certeza todos os colegas Deputados querem, têm o desejo de aprovar seus projetos. Então, conseqüentemente, é um volume muito grande de projetos a serem votados, é o caso de hoje, se nós pegarmos a pauta da Ordem do Dia nós vamos perceber que tem dezenas de projetos, na sua maioria projetos de Parlamentares. Eu queria, até porque eu sou um defensor das minhas emendas, elas estão tramitando, teve alguns problemas de ordem técnica que estão sendo resolvidos. Eu estava agora no Tribunal de Contas tentando resolver uma questão IFARO para o ano que vem, para que não aconteça o que aconteceu este ano. Então tem coisa que eu reconheço que é de ordem administrativa e tem outras que são de ordem política. Eu também tenho vontade de ver as minhas emendas todas liberadas. Eu só queria discordar. Cadê o meu colega Chico Paraíba que agora assume a presidência. A arma que nós deveríamos usar para esse artifício, Deputado Ronilton, eu entendo que não seria essa arma, do orçamento, porque nós temos outras. Nós temos, o Deputado Ronilton tem uma habilidade como Parlamentar, e é o papel do Parlamentar, um direito parlamentar de pedir vista, de pedir informação, e tem usado isso com muita propriedade. Outros colegas Deputados também têm feito. Então, eu acho que esse é o artifício do Parlamentar. Se nós estamos reclamando de emendas remanejadas para outras funções e essas emendas só são remanejadas com autorização prévia deste Parlamento, então, se o recurso é das emendas comprovadamente, não remaneja, não autoriza. Agora, eu quero aqui colocar a minha visão, e eu respeito a visão de todos os colegas Deputados desta Casa, mas a minha visão, porque são sete orçamentos deste tipo, eu não acredito que retardar o orçamento nós, Parlamentares, ganharíamos com isso. Por quê? Primeiro porque vai prejudicar o Estado, sim, vai prejudicar. Vai prejudicar o Estado porque se não conseguir abrir esse orçamento no início do ano vai abrir no final de janeiro e nós vamos ter problemas em várias empenhos, várias ações do Governo e principalmente o ano que vem, que é um ano eleitoral, um ano político e nós temos tempo limitado para essas ações...

A Sra. Ellen Ruth – Deputado Martelli, um aparte. Um aparte, Deputado Martelli.

O SR. EDÉZIO MARTELLI – Só para concluir meu raciocínio. Então, Srs. colegas Deputados, colega Deputada, eu entendo que nós poderíamos usar todas as prerrogativas do Parlamento, mas não o orçamento, por dois fatores: eu entendo que prejudica o Estado. Se prejudica o Estado nós vamos ser questionados lá na frente, alguma coisa está atrasada porque atrasou o orçamento. A outra que eu acho que aí está faltando decisão política da nossa parte e eu me incluo nela. Encarar os Poderes de frente, de cara a cara, de olhos nos olhos e dizer o que teríamos que dizer. Há muitas conversas de que os orçamentos cresceram muito, aumentaram. Se você buscar, dá para perceber isso. Se você buscar em 1999, quando aqui eu entrei e você fazer uma projeção de crescimento, a impressão que eu tenho, eu não estou falando tecnicamente, é que o orçamento de alguns Poderes cresceram muito, e falta, acho que de nossa parte, decisão política, coragem para encarar de olhos nos olhos e dizer: nós vamos tomar uma

posição e vamos votar o orçamento dentro daquilo que entendemos que seria o justo o ato legítimo.

Deputada Ellen, V. Ex^a. Tem o aparte.

A Sra. Ellen Ruth – Obrigada, Deputado Martelli. Eu quero parabenizá-lo pelo seu discurso, como futuro líder do Governo nesta Casa e de antemão tenha certeza, Deputado Martelli, terá o meu apóio. Terá o meu apoio pela liderança que venha realmente estreitar os laços entre o Executivo e o Legislativo. Não desmerecendo aos Deputados Everton Leoni, Beto do Trento, parceiros muito mais antigos do que Vossa Excelência do senhor Governador, do Deputado Paulo Moraes, que já retornou a esta Casa, mas o senhor tem o meu apoio para ser o líder do Governo nesta Casa. Mas eu gostaria de dizer que, a exemplo de V. Ex^a., eu também quero minhas emendas cumpridas. Eu não quero, Deputado Chico Paraíba, ter as minhas emendas tão-somente convênio assinado, não. Quando a esposa do Deputado Edison Gazoni era Presidente da FASER vários convênios foram assinados no município de Guajará-Mirim, dentre eles, se eu não estiver enganada, alguma coisa sobre uma panificadora. Estou correta, Deputado? Uma panificadora. E o Governador também cancelou e o convênio assinado. Eu quero sim, a exemplo de V. Ex^a. quero dinheiro depositado, não é na minha conta, diga-se de passagem, mas na conta das associações que prestam um trabalho em prol de seus associados, que são municípios do Estado de Rondônia. E mais precisamente do município de Porto Velho, que até o presente momento ainda não teve nenhuma ajuda por parte do Executivo, independente de o Prefeito ser ou não do PT. O dia, a época de estarmos em cima dos palanques, Deputado Martelli, como ex-integrante do PT, é na época da eleição. Quando termina a eleição, desce-se do palanque e vamos então administrar em prol da população. Um exemplo desses é a Maternidade Municipal de Porto Velho. A Deputada Ellen Ruth colocou CR\$500.000,00(quinhetos mil reais) e até hoje não foi cumprido e o Governador disse que não vai cumprir a emenda da Maternidade Municipal. Isso é uma realidade. E as mulheres de Porto Velho ficam submetidas ao Hospital de Base, inchado, para dar à luz uma vida.

Então, Deputado Martelli, armas o Executivo tem, o Legislativo também. Quem paga a Imprensa é o Executivo e nós vimos muito bem isso de maio para cá. Vimos muito claramente do dia 15 de maio para cá, afinal de contas, onde está a chave do cofre? Então, Deputado Martelli, nós não estamos aqui tentando barganhar, eu entendi muito bem as palavras do Deputado Chico Paraíba, do Deputado Presidente da CCJ, meu amigo particular, Deputado Ronilton Capixaba, mas quero ver as emendas cumpridas. Porque eu estou há três anos Deputada, mas não me sinto Deputada porque não tenho uma emenda minha cumprida. Eu nunca tive o prazer de ir a uma comunidade e dizer: Isso é fruto do trabalho da Deputada Ellen Ruth. E eu gostaria de ter isso. Não vou barganhar e quero dizer que todos os projetos que vierem para esta Casa, como a exemplo da derrubada desse teto que hoje não está apenas beneficiando os Auditores, mas todos os funcionários do Estado de Rondônia, a Deputada Ellen Ruth estará favorável. O que falar sobre remanejamento, abertura de créditos suplementar, a Deputada Ellen Ruth vai usar da prerrogativa sim. Pedido de informações, para que a gente saiba o que está votando. Porque nós fomos pegos de surpresa, e V.Ex^a. também, quando estávamos aqui autorizando, e que o relator era o Deputado Amarildo Almeida, R\$3.000.000,00 (três milhões de reais) de emendas parlamentares, e de V. Ex^a. também.

Então, eu quero agradecer, quero dizer aqui que o senhor tem toda razão, nós temos outras armas, teremos que

usá-las. Não poderíamos estar intimidados, sabe Deputado, intimidar não. Eu sou a única mulher deste Parlamento. E eu não estou morta, não, estou bem viva, e estou aqui, exercendo, exercendo e exercendo a minha prerrogativa de Deputada eleita. E tendo meu mandato outorgado pelo município do Estado de Rondônia e mais precisamente do meu município de Porto Velho.

Meu muito obrigada, Deputado.

O SR. EDÉZIO MARTELLI - Obrigado pelo aparte, Deputada. Pelas palavras referindo-se a líder, eu gostaria de enquanto tiver, aliás, o meu reconhecimento ao Deputado Neodi, o ilustre Deputado Neodi soube representar muito bem o Governo e em função dele ser suplente e na iminência de o colega Deputado Paulo Moraes voltar, nós perdemos. Mas aqui nós temos que sutilmente sabe fazer isso muito bem é o Deputado Beto, o Deputado Everton, e V.Ex^a. que um dia foi da Casa quem sabe seria convidada.

Eu gostaria de dizer o seguinte: o meu comportamento não se passa nesta Casa por um, nem pela conquista de um prestígio ao qual foi referido. Porque é fácil resgatar tão próximo, aliás, tão perto, nós aprovamos um projeto nesta Casa, foi vetado e depois derrubamos o veto. O projeto era de minha autoria, acabando com o FITHA, porque o entendimento naquela época é que os Prefeitos anteriores não utilizaram bem o recurso do FITHA. No entanto, houve um entendimento nesta Casa de que se o recurso do FITHA passasse de 25% para 35% e nós participamos da discussão e entendemos que era viável, seria aprovado. Esta Casa que votou o projeto de extinção do FITHA teve um entendimento e logo depois votou pela manutenção do veto para garantir o FITHA, ou seja, defender o FITHA hoje no Estado é um privilégio de todos, porque nunca neste Estado Prefeitos tiveram recurso direto da conta do Estado para ajuda. Ah! Mas é recurso que poderia ter ido de outra forma aos Municípios. Não, mas ele teria ido para ser distribuído para a Educação, para a Saúde. Está certo, mas também para as Câmaras de Vereadores, e ele foi para uma conta e beneficiou os Municípios.

Então, eu estou citando só isso, que o parlamento é isso, é debater idéias e aprovar aquilo que é mais coerente e você constrói isso até se posicionando contra muitas vezes. E é um direito de cada Parlamentar.

Eu só queria, Sr. Presidente, encerrar dizendo o seguinte...

O Sr. Edison Gazoni – Permita-me um aparte?

O SR. EDÉZIO MARTELLI – Concedido Deputado Gazoni.

O Sr. Edison Gazoni – Eu agradeço, como disse a Deputada Ellen, nosso futuro líder. Em primeiro lugar, Deputado Martelli, eu acho que dentro desse seu raciocínio, que eu parabenizo, eu queria inicialmente agradecer o Governo do Estado por hoje, na parte da manhã, eu não pude estar presente, mas a sua equipe e mais a minha assessoria se encontraram na cidade de Guajará-Mirim aonde foram assinar dois convênios e isso me deixa orgulhoso, mas da mesma forma eu me preocupo porque ainda falta o principal passo, que é a liberação de verba, fazer convênio é uma questão, firmar convênio outra questão, liberação de verba, empenho é uma questão e liberação da verba aí é que o bicho pega. Vou dar um exemplo, Deputado, porque essa é a minha preocupação, eu gostaria que a Deputada Ellen voltasse até inclusive a atenção nisto aqui. Em 17 de outubro, depois de uma emenda deste Parlamentar, foi firmado um convênio com a Secretaria

de Educação, aquelas emendas que foram autorizadas pelo Governo do Estado, para a construção de uma Escola Rural lá no município de Candeias. Então, em 17 de outubro, o Prefeito sabendo do resultado, me convidou, nós fizemos uma grande reunião naquela Linha, fizemos até uma festa bonita, e eu todo faceiro e nós prometíamos aí em nome deste Parlamentar, em nome do Prefeito, em nome do Governo, que ali iria ser construída uma Escola, estava contente porque existia a assinatura do Governador, nossa autoridade máxima.

No dia 9 de novembro, eu expedí um ofício ao nosso Secretário comunicando desta emenda, aí, dia 05 de dezembro, eu recebi um comunicado do Secretário. Eu quando vi o comunicado achei que já era dizendo que iria iniciar as obras e eu vou, faço questão de ler esse Ofício. Ele endereçou um a mim e um ao Prefeito, eu vou ler o que foi endereçado ao Prefeito.

“Sr. Prefeito. Com os nossos cumprimentos, acusamos o recebimento do Ofício 235, datado de 17/10, contendo solicitação de formatura de convênio para a construção de uma Escola Rural para atender às necessidades da comunidade da Linha I, do assentamento Jardim das Acácias, deste Município, que é o Município de Candeias, e em resposta vimos informar a V.Ex^a, que esta Secretaria de Estado da Educação encontra-se impossibilitada de atender ao pleito em virtude da carência de recursos orçamentários”.

Então, veja bem, eu fui lá, eu trabalhei com o Secretário João Carlos, com o Chefe da Casa Civil, corremos atrás de “trocentos” documentos, fizemos tudo certinho, tudo certinho, tudo certo e depois da autorização do Governo tudo ok, que só faltava à iniciação da obra, diz esse documento que não vai ser construída a obra.

Agora eu lhe pergunto: como é que eu volto naquela Linha para pedir voto? Como é que eu volto naquela Linha para dizer: Olha, infelizmente, não temos dinheiro. A culpa é do Governo. Não adianta eu falar isso, o povo não quer saber de quem é a culpa, o povo quer é o resultado.

Então essa é a preocupação dessas emendas, não são muitas, mas será? Essa é a dúvida. Será que será liberada a verba orçamentária? Então, eu acho que fica aí uma pergunta e talvez é esta a desconfiância do Deputado.

Eu quero aqui dizer inclusive que, independente de emenda, independente de ele aprovar ou não, eu vou votar tudo o que for aí do Governo, eu vou votar. Eu já disse para o Secretário de Fazenda, já disse para o Secretário de Planejamento e esse é o meu pensamento, vou votar tudo o que vir do Governo do Estado, eu voto sim, eu voto sim, e com a consciência tranqüila que provavelmente as nossas emendas não serão atendidas.

O Sr. Kaká Mendonça – Permita-me um aparte Deputado?

O SR. EDÉZIO MARTELLI – Com a palavra o Deputado Kaká.

O Sr. Kaká Mendonça – Acompanhando o raciocínio de V.Ex^a, e do Deputado Gazoni, que acabou de fazer um aparte, eu quero dizer que até a semana passada, Deputado Gazoni, Deputado Martelli, eu não tinha essa preocupação por entender, por ver a boa vontade do João Carlos, lá da SEPLAD, por ver a boa vontade do Petisco, lá na SEAPES, de correr atrás, de pedir, de colocar uma equipe toda para apresentar toda a documentação que exige para firmar um convênio entre o Estado e o Município, entre o Estado e uma Associação, existiam algumas Associações que não tinham condições de viabilizar aquela documentação em tempo hábil, mudamos o

Ofício, mudamos o Elemento de Despesa, porque o Elemento de Despesa para o Estado firmar um convênio para uma Associação é diferente do Elemento de Despesa para firmar o convênio com o Município, enfim, correndo tudo dentro daquilo que manda a lei, chegaram ontem na PGE vários convênios que foram indicados por mim e a justificativa é que: “Não pode firmar convênio o Estado com o Município para atender uma Associação”.

Ora, o Município é a base de tudo. Todo o recurso do Governo Federal, 90% dos recursos do Governo Federal são firmados com os Municípios e os Municípios são um guarda-chuva, passa para a Saúde, passa para Educação, passa para a Secretaria de Agricultura enfim, eu quero acreditar no discurso de V.Ex^a, que realmente essas emendas nossas que estão todas tramitando, as minhas todas documentadas, todas oficializadas, todas as Associações criaram uma expectativa como disse o Deputado Gazoni aqui, colocou documentação em dia, pagou, algumas com vários encargos sociais atrasados, enfim, gastaram dinheiro para se legalizar para poder receber esse recurso, enfim, eu quero acreditar também no discurso de V.Ex^a, que o Governo cumpra, porque foi criada uma expectativa, se não cumprir, nós não vamos ter, que cara que nós vamos chegar naquela Associação, nós criamos aquela expectativa.

Eu vou mais longe ainda. O Governador chegou em alguns Municípios e voltou a reafirmar e dizer, em assinar em Ofício dizendo que iria liberar essas emendas. Então, eu gostaria de pedir para V.Ex^a. que usasse aí a liderança e a influência que V.Ex^a. tem para ajudar, com certeza, para ajudar, para somar e realmente não vir atrapalhar.

Eu estou no mesmo espírito do Deputado Gazoni, tudo o que foi pedido para esta Casa a gente liberou, tudo quanto é projeto de interesse da sociedade nós liberamos e estamos aí, breca para quê? Vamos trabalhar e votar tudo o que seja de interesse para a sociedade rondoniense, mas deixo essa preocupação aí da expectativa que foi criado com relação a essas Emendas.

E para finalizar, eu ouvi V.Ex^a, aqui dizendo, peguei, não sei se é isso, que a Assembléia tem que votar o orçamento, com relação ao Poderes. Eu acho que o que tem que ser feito é realmente quando o Relator pegar todas as emendas, trazer para dentro da Casa aqui e buscar uma grande discussão. Ninguém está aí para barganhar nada, o que a gente quer fazer é que seja votado dentro da lei e o orçamento dentro da realidade, porque a gente sempre votou os orçamentos aqui e logo em seguida tem que fazer suplementação, tem que remanejar daqui pra lá, enfim, eu acho que não tem que ter caça às bruxas, tem que dar dentro da realidade, sentar com os Poderes da forma que o Relator tem sentado, não é verdade? E trazer aqui globalizado para uma discussão que seja boa para as instituições, para os Poderes e para Governo poder cumprir as emendas, que eu falei hoje numa entrevista, o Governo atendendo as emendas, está contribuindo para os 52 municípios de Rondônia que estão sendo contemplados aqui com a emenda, com as emendas do orçamento de 2006.

Parabéns por levar este assunto aí e que o senhor tenha êxito nessa empreitada de poder ajudar aí a nós liberarmos todas as emendas que estão pendentes lá. Obrigado.

O SR. EDEZIO MARTELLI – Agradeço o Deputado Gazoni e o Deputado Kaká, que mais ou menos na mesma linha apartearam. Eu tenho o mesmo entendimento, entre o Executivo e a Assembléia eu sou a Assembléia, eu sou componente deste Poder. As emendas de cada Parlamentar são a resposta que você pode dar à sua base. Eu agora

recentemente vi uma ação da colega Deputada lá em São Francisco, é uma região muito próxima da minha residência, porém a gente fica feliz em saber que além das nossas ações outros Parlamentares estão olhando São Francisco.

Eu só queria, Deputado Leudo, é concluir este raciocínio, defender nossas emendas, defender nossas ações. Agora nós fizemos também um acordo de priorizar. Eu tive problema, Deputado Gazoni, quando aceitei priorizar seiscentos mil de emendas e não fiquei nem um pouquinho constrangido quando vi o meu colega com oitocentos, com oitocentos e cinquenta. Eu priorizei seiscentos mil. Dos meus seiscentos mil, chegou lá na minha base eleitoral, o Executivo falou: cento e cinquenta mil tem que colocar em transporte escolar. E uma discussão, colocamos em transporte escolar, quer dizer, caiu para quatrocentos e cinquenta. Mas eu cheguei a esse entendimento, porém eu tinha quatro milhões de emendas, todas bem decididas, todas bem colocadas, só que eu fui lá e disse o seguinte: eu priorizei seiscentos mil, depois eu não vi essas.

E agora nós estamos com orçamento participativo, ou melhor, com uma linha do orçamento participativo que são as audiências, os debates, o Deputado Leudo tem feito isso com muita propriedade.

Um aparte ao Deputado aí, V.Ex^a. já pediu.

O Sr. Leudo Buriti – Obrigado, Deputado Martelli. Eu, mais ou menos na mesma linha dos que me antecederam em parte, mas eu acredito que seja muito legítima a reivindicação dos Deputados, a Deputada Ellen, dos demais Deputados, quanto à solicitação de cumprimento das suas emendas, o Deputado Chico Paraíba, ele tem sido firme nesse propósito, agora, eu só queria pedir a compreensão e na realidade que se abra uma discussão nesse sentido para que as matérias, principalmente as matérias de relevância que estão nesta Casa não sejam prejudicadas na sua votação, tendo em vista que o Governador deixe, libere ou deixe de liberar uma ou outra emenda, de um ou outro Deputado Estadual.

Eu não acredito que nós tenhamos o direito de parar a tramitação de projetos que beneficiam determinados segmentos da sociedade. Então o meu desejo é de que as matérias sejam votadas de acordo com a tramitação normal, que elas sejam encaminhadas à Comissão de Constituição e Justiça, presidida pelo Deputado Ronilton, recebam o parecer, que tramitem pela Comissão de Orçamento e as demais Comissões, ou que seja numa reunião de todas as Comissões em conjunto como tem ocorrido aqui nesta Casa, mas que nenhuma matéria deixe de ser votada em troca de um benefício ou outro por parte do Poder Executivo. Isso já está provado que não dá certo. Obrigado.

O SR. EDEZIO MARTELLI – Eu encerro agradecendo o aparte do Deputado Leudo e dizendo o seguinte; eu concluo meu raciocínio aqui no meu entendimento que nós temos que enes saídas para agilizar nossas ações parlamentares, eu só não entendo que travar o orçamento, levar o orçamento para fevereiro, para janeiro seria a saída. Nós estaríamos usando de um artifício que com certeza prejudicaria. Agora, em comum acordo com os demais colegas que aqui falaram, ações neste Parlamento que venham beneficiar as pessoas, os cidadãos em geral, nós não podemos prejudicar e esta Casa tem feito isso com muita propriedade, que é dar o andamento necessário. Já está em pauta, aqui estão os Auditores Fiscais, já está em pauta para votar uma mensagem que chegou tão recente, que é regularizando a questão salarial dos Auditores, está em pauta também um projeto que regulamenta as eleições dos

Defensores Públicos, o Defensor Geral e outros projetos. Então nesta linha nós vamos avançar e não vamos prejudicar o Estado. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Às 15 horas e 10 minutos o senhor Deusdete Alves passa a presidência ao Sr. Carlão de Oliveira).

O SR. PRESIDENTE (Carlão de Oliveira) – Com a palavra o Deputado Paulo Moraes, por vinte minutos com aparte.

O SR. PAULO MORAIS – Excelentíssimo Sr. Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Carlão de Oliveira, os demais membros da Mesa Diretora, Srs. Deputados, Sr^a. Deputada.

Hoje, na grande verdade, nós retornamos a esta Casa, passados aproximadamente três anos, quando nós tivemos a oportunidade, depois de analisarmos o convite a nós feito pelo Governador Ivo Cassol, para assumirmos uma das pastas mais complexas do Estado de Rondônia, que é a da área da Segurança Pública, diante do dialogo. Diante de algumas ponderações que nós fizemos ao Governador lá atrás, um dia no mês de janeiro do ano de 2003, nós resolvemos assumir então a Segurança Pública. De lá pra cá nós tentamos de todas as maneiras poder desenvolver um trabalho sério, digno e com muita responsabilidade dentro da Segurança Pública, inclusive aquilo que nós dizíamos quando Deputado na Legislatura passada, de que efetivamente era uma área que tinha que ter uma política bem definida para se desenvolver esse trabalho. Nós fizemos um estudo aprofundado da situação da Segurança Pública no Estado de Rondônia para podermos levar ao Governador esta política ali bem delineada e bem desenhada. Este mesmo procedimento nós levamos ao Ministro Marcio Tomás Bastos, como também levamos ao Secretario Nacional de Segurança Pública, Dr. Luiz Fernando Correa e, diga-se de passagem, que o Estado de Rondônia foi o único Estado Federado que apresentou a política pública de Segurança Pública totalmente delineada dos quatro anos de Governo, com começo meio e fim. Alguns projetos conseguimos alavancar com muito esforço, com muita correria nós conseguimos implantar, principalmente aquilo que nós sempre dissemos e fomos e tivemos a oportunidade de ser um missionário no sentido de conscientizarmos os membros das nossas forças policiais de que não haveria uma, e não há com toda certeza, uma saída para a Segurança Pública se não houver uma integração entre as nossas forças policiais.

Fui de Delegacia em Delegacia, fui de unidade em unidade, quartel em quartel da Polícia Militar no sentido de fazer essa conscientização. Tivemos uma grande adesão porque há ranços ainda da briga pelo poder entre as duas corporações e esses ranços ainda vêm do tempo da ditadura. Mas conseguimos, sim, plantarmos essa semente dentro as nossas polícias, a exemplo disso tivemos a oportunidade de criarmos o que eu denominei de UNISP, que é Unidade Integrada de Segurança Pública, instalando uma no Distrito de Extrema, instalamos uma lá na cidade de São Francisco onde não havia Polícia Civil, instalamos uma no município de Ministro Andreazza, instalamos outra no município de Vilhena, instalamos outra no município de Buritis e hoje está sendo inaugurada uma no município de Urupá. E aqui em Porto Velho nós deveremos estar inaugurando na próxima semana algo fantástico, algo ultramoderno, que é uma Unidade Integrada de Segurança Pública ali na área onde era a 5ª Delegacia, onde nós teremos a Polícia Militar, a Polícia Civil e o Corpo de Bombeiros trabalhando de forma integrada. Existem outros

projetos dessa natureza que nós esperamos que tenham continuidade e isso pedi ao Governador quando lhe entreguei o cargo de Secretário de Estado da Segurança Pública.

Afora isso, nós democratizamos a Secretaria de Segurança Pública, criamos o Gabinete de Gestão Integrada e que está à vanguarda com toda a certeza, está à vanguarda de todas as outras Secretarias de Segurança deste País. Ali no Gabinete de Gestão Integrada não havia presidente, não havia absolutamente nada e nem chefe, ali estavam sentados o representante do Ministério Público, estava sentado o presidente do Tribunal de Justiça, estava o Comandante da PM, estava o Diretor Geral de Polícia, o Secretário do Sistema Penitenciário, estava o representante da ABIN, estava ali o Superintendente da Polícia Federal, estavam ali vários outros organismos que estão ligados à Polícia Judiciária e à Justiça Criminal. Ali foram discutidos vários assuntos do nosso Estado, muitos deles resolvidos, a exemplo dos problemas que aconteciam no município de Buritis. Como também agora no último dia 28 do mês passado numa reunião no Estado de Pernambuco, nos Gabinetes de Gestão Integrada com outros organismos internacionais, nós tivemos a oportunidade de sermos chamados para darmos uma palestra e uma demonstração de que o Gabinete de Gestão Integrada do Estado de Rondônia funcionava e funcionava bem. Tanto é verdade de que é o único Gabinete de Gestão Integrada que apresentou um esboço de um anteprojeto, na Câmara Municipal de Porto Velho, que foi transformado em Lei, regulamentando os problemas tão grandes que nós temos, que são das festividades e grandes eventos aqui no município de Porto Velho.

Afora isso, conseguimos implementar através de projetos nossos, a busca de equipamentos para as nossas Polícias. Acreditem os Srs. Deputados de que quando assumimos encontramos tão-somente uma viatura no 5º Batalhão e uma viatura no 1º Batalhão aqui em Porto Velho, o parque de veículos totalmente deteriorado, lá em Ji-Paraná, na cidade dos nossos amigos Leudo Buriti e Deusdete, Renato Velloso, lá a Polícia Militar tinha uma viatura. Hoje a situação encontra-se diferente, só aqui no município de Porto Velho nós devemos ter aproximadamente 15 viaturas em cada batalhão. Assumimos sem nenhuma munição nos paióis da Polícia Militar e da Polícia Civil, hoje nós temos munição estocada para mais de um ou dois anos, no mínimo. Foram dezenas ou, porque não dizer, centenas e centenas de coletes a prova de bala, adquirimos revólver, sequer armamento as nossas Polícias tinham, nós tivemos, agora um mês atrás a oportunidade de entregarmos 500 pistolas automáticas de última geração ponto-40 para as nossas Polícias, após também entregarmos mais de mil revólveres tipo de última geração também para as nossas Polícias.

Conseguimos também implementar juntamente um projeto de podermos interligar todas as nossas Polícias, todas as nossas Delegacias estão interligadas com a Polícia Militar e vice-versa, assim hoje a Polícia Militar e a Polícia Civil poderão em segundos saber porque estão interligadas via internet com o INFOSEG, saber se uma pessoa é procurada ou se tem um mandado de busca ou de prisão contra si ou se algum carro é furtado ou roubado.

Conseguimos também implementar várias outras ações dentro da Segurança Pública, mas o mais importante também é de que no mês próximo passado nós conseguimos realizar a maior licitação feita dentro da Secretaria de Segurança Pública, que é para instalarmos e executarmos aquilo que eu denominei de CIOP, que é o Centro Integrado de Operações Polícias, que vai ser instalado ali na Secretaria de Segurança mesmo. É algo fantástico, alguma coisa quando eu tive a oportunidade de ir a Roma, na Itália, fazer um curso de Segurança Pública,

nós lá podemos ter a oportunidade de vislumbrarmos que com equipamentos modernos nós poderíamos ter, as Polícias poderiam ter uma cidade em suas mãos, isso deve ser, esse CIOP deve estar sendo inaugurado no mês de fevereiro ou no começo de março desse ano próximo, porque os equipamentos já foram licitados, estão sendo entregues, estão sendo importados. Onde todas as viaturas deverão ser monitoradas por via satélite, onde nós poderemos, acreditem os senhores, sabermos de onde parte a ligação, teremos num tempo real quem chamou o número do telefone e onde está instalado esse telefone. É imperdoável, quando eu digo que a sociedade como um todo tem que se juntar para podermos solucionar os problemas da violência e da criminalidade, é imperdoável quando vemos que 53% dos chamados que a Polícia Militar recebe através dos 190 são trotes, isto é imperdoável porque as viaturas são deslocadas para atenderem fatos e que esses fatos não existem porque foram trotes dados por pessoas da própria sociedade.

Portanto, deixamos alguma marca por onde passamos. Além disso, deixamos o maior concurso realizado pela Polícia Civil em toda a sua história, com o apoio da Assembléia Legislativa que deu o seu consentimento, conseguimos realizar este concurso que hoje se somam aos antigos policiais aproximadamente mais novos oitocentos policiais. Foi feito concurso para delegado de polícia, escrivão, médico legista, perito criminal, datiloscopista, agente de criminalística, enfim de todas as áreas que compõem a Polícia Civil. Imaginem os senhores que há mais de onze anos não se fazia um concurso na Polícia Civil. Deixamos também já em meio caminho andado o maior concurso já realizado pela Polícia Militar, são dois mil e duzentos homens que deverão no próximo ano estarem cursando já a Academia de Polícia. Normas da organização da ONU nos dizem de que nós temos que ter um policial militar para duzentos e cinquenta habitantes, nós temos no Estado de Rondônia bem menos do que isso, imagine os senhores que no ano de 1990 a Polícia Militar tinha em seus quadros quatro mil homens, passados esses quinze anos o Estado dobrou, o Estado cresceu, a população cresceu também e a Polícia Militar foi definhando, definhando e hoje nós temos em seu quadro três mil e oitocentos homens.

Com esse concurso nós conseguimos normalizar os Quadros da Polícia Militar. E obviamente que tudo isso sai do caixa do Governo. Com isso nós queremos dizer que na área de Segurança Pública, nós tentamos de todas as maneiras fazer o nosso dever de casa.

Mas volto, Sr. Presidente Carlão, com a maior satisfação e o maior orgulho para esta Casa. Com toda certeza para somarmos esforços no sentido de agilizarmos e implementarmos as condições que este Estado precisa para o seu desenvolvimento total e para que nós possamos também colaborar para trazermos melhor qualidade de vida para a nossa população. Nós que vivemos num Estado democrático, nós que vivemos num Estado de direito, tive a oportunidade de pensar tempos atrás de que aquilo que nós sempre fizemos ao buscarmos nas nossas lutas nos tempos de estudante a implantação plena da democracia. Eu via, eu dizia: mas, meu Deus, será que aqui no Estado de Rondônia ainda não existe implantada essa democracia que nós muito lutamos? Vi muito dos senhores serem execrados pela opinião pública, sequer em algum momento terem o direito de defesa. Por isso, neste momento, quero hipotecar toda a minha solidariedade a cada um dos Srs. Deputados, como também hipotecar a minha solidariedade ao Deputado Carlão de Oliveira ao assumir esse trabalho. O mais importante disso é aquilo que eu sempre dizia no passado ao próprio Deputado Carlão. Eu dizia a ele: "Não

confie nos lobos que estão revestidos de carneiros". E se caminhou por esse caminho se confiando nesse tal de Ministério Público. Imperdoável o que eles fazem ao usarem os Srs. Deputados. E agora querem os salários que querem pensando e abusando da vontade do povo. Quando assumimos na Secretária de Segurança, e me corrija se estou errado aqui qualquer um dos senhores Deputados, o orçamento do Ministério Público não passava de quarenta e seis milhões de reais. E hoje salvo engano, aqui se pretende mais de cem milhões de reais, cento e onze milhões de reais, estão me corrigindo. Em três anos se tem mais de 120% ou 130% de aumento para tão-somente o Ministério Público. E hoje vemos os Auditores Fiscais e outras categorias como os Professores, vemos Defensores Públicos prestigiando esta Casa para quererem lutar por um teto, um subteto de doze mil reais. Mas logicamente que não pode sobrar dinheiro para o Estado, porque temos a Lei de Responsabilidade Fiscal. Quando um órgão, tão-somente um órgão, com 100 Promotores, quer mais de cem milhões de reais. Isto é impraticável. É isto que inviabiliza o nosso Estado. Como também muitos daqueles, Sr. Presidente, e quero desejar, deixar aqui a minha reclamação a V.Ex^a para que V.Ex^a analise com todo carinho, mas com toda sensibilidade que sempre norteou a sua carreira política, imperdoável esta Assembléia legislativa, a exemplo do que andaram falando aí, de folhas disso, folhas daquilo que nunca existiu, manter Procuradores nesta Casa que nunca pregaram um prego numa barra de sabão, nunca fizeram absolutamente nada pela Assembléia Legislativa, só andam espezinhando e fazendo mal, fazendo fuxico nos corredores, das calçadas da Assembléia, do Tribunal de Justiça, do Ministério Público, do Tribunal de Contas e por aí afora.

Portanto, conclamo, peço, aliás, a Vossa Excelência, Sr. Presidente, como uma das primeiras reivindicações deste Deputado que retorna a esta Casa, traga aqueles Procuradores que estão lá fora, coloque para trabalhar, porque se estivessem aqui trabalhando com toda certeza algumas coisas que dizem por aí que estavam erradas não teriam acontecido, porque a obrigação deles era orientar a Mesa. Existe principalmente um deles que anda, e salvo engano está até a disposição do Governo, este é o pior de todos, este é canalha, este é cafajeste, este já nos deu exemplos, muitos exemplos aqui dentro, que foi o senador sem voto, chamado Rubens Moreira Mendes. Esse nunca teve voto e foi Senador da República. Esse teve a coragem, quando ainda estava aqui na legislatura passada, de querer peitar a Assembléia Legislativa como um todo, veio peitar, querer falar dos 24 Deputados, ele que tem problemas na Justiça e a Justiça e nem o Ministério Público até hoje julgaram os problemas que ele teve de roubo, de furto de passagens aéreas dentro desta Assembléia Legislativa processado por roubo, furto, desvio de dinheiro e nunca foi processado. E cadê o Ministério Público? Porque alguns Juízes, alguns Promotores trabalharam no seu escritório de advocacia, hoje ele exerce esse poder em cima desses Promotores e em cima de algum outro Juiz.

O Sr. Chico Paraíba – Concede-me um aparte, Deputado?

O SR. PAULO MORAIS – Pois não.

O Sr. Chico Paraíba – Eu queria dizer para V.Ex^a. que eu estou entusiasmado em saber que V.Ex^a. voltou para esta Casa e de fato levantou um problema que é sério, crucial, esta questão de Procuradores que de fato são funcionários desta Casa que nunca trabalharam e em todas as vezes tentam prejudicar Deputados. E, venhamos e convenhamos, tem

Procuradores que inclusive fizeram artimanhas para tomar Prefeituras do PMDB, e eu quero dizer para V.Ex^a. que no momento certo nós temos que tomar as providências. Eu vou sugerir uma abertura de uma CPI e contar com V.Ex^a. para que a gente possa quebrar o sigilo bancário e o sigilo telefônico desses Procuradores, para saber que caminhos eles estão percorrendo. E eu fico feliz em saber que V.Ex^a. tantos outros já foram prejudicados e eu tenho certeza que V.Ex^a. será mais um para defender o Legislativo e botar cada um no lugar deles. Obrigado, Deputado Paulo Moraes.

O SR. PAULO MORAIS – Obrigado pelo aparte, Deputado. Mas quero também deixar bem claro, obviamente, de que não parte neste momento nenhum rancor do meu coração contra quem quer que seja, não parte, nunca. Fui Deputado, fui Vereador, muito bem sabem disso companheiros que estão aqui comigo, foram vereadores comigo anos atrás como o Gazoni, como o Everton, como a Ellen, de que nós devemos agir com emoção ou nós devemos agir de outra maneira. Não. É que também chega um dado momento em que algumas coisas e alguns fatos eles tem obrigatoriamente que ser colocados também, já que estamos vivendo num período em que sequer as coisas, e as coisas têm que ser assim, tem que ser de modo cristalino, de modo limpo, de modo transparente. Também há de se ver com alguns outros segmentos, também têm. Se fala muito de Deputado, se fala muito de político, mas nós entendemos, nós já temos a experiência bastante para sabermos que nós estamos mais expostos, nós estamos. Os problemas do povo não são solucionados, lá vêm críticas em cima dos Deputados. O povo discute, às vezes leigos na sua grande maioria, se nós fizermos uma pesquisa, pasmem os senhores, isso não acontece só em Porto Velho, se nós fizermos uma pesquisa não passou um ano que o Prefeito assumiu aqui em Porto Velho, pode ser em qualquer cidade deste País, nos cinco mil e setecentos municípios, se nós fizermos uma pesquisa, 80% do povo não sabem mais em quem votaram e 60% do povo não sabem também o nome do seu vereador que votaram, 30% do povo não sabem o nome do Prefeito da cidade. Mas a população, pela maneira às vezes jocosa com que as coisas são colocadas na mídia, é levada a acreditar que as mazelas, os problemas que um Estado ou que algum município tem, partem por causa dos Deputados. Não, mas não pode ser assim, assim é a democracia, é assim que nós lutamos e eu acredito piamente no sistema democrático, acho que ainda não se criou no mundo inteiro um sistema melhor do que o sistema democrático, onde o povo vota e onde o povo pode ser votado, onde nós temos o chefe do Poder Executivo e onde nos temos que ter o Parlamento. Assim é a democracia. Outro sistema não serve.

Nós, no Brasil, já vivemos outro sistema, nós vivemos outro sistema. Nós vivemos a ditadura e vemos outros sistemas, vemos pelo mundo afora outros tipos de sistemas e não tem dado certo, com todos os problemas que o sistema democrático tem esse sistema ainda é o melhor e dentro desse sistema é que nós temos o direito pelo menos, Deputado Carlão de Oliveira, nosso Presidente, nós temos o direito, de voltarmos a esta Assembléia Legislativa e de dizer de que o Deputado Paulo Moraes, Deputado Chico Paraíba, talvez um pouco destreinado nas suas colocações, talvez um pouco destreinado nos seus discursos pela falta de hábito durante três anos, onde o nosso discurso obviamente era outro, era um discurso técnico e não um discurso político, mas com toda certeza que volta o Deputado Paulo Moraes com a sua mesma maneira de agir, com a sua mesma postura de atuar como vereador que foi por duas vezes e como Deputado eleito por duas vezes, volto da

mesma forma, pensando e defendendo as minhas idéias até me convenceram ao contrário e assim é a democracia.

Volto sem medo de falar, volto sem medo de falar aquilo que dizia no passado. Podem perseguir, podem fazer o que fizerem, não nasci Deputado, não vou morrer Deputado, não estou preocupado em perder mandato, absolutamente, sou Delegado de Polícia, saio amanhã ou depois da Assembléia Legislativa e volto com o maior orgulho, com a maior dignidade para dentro de uma Delegacia de Polícia para tocar os meus inquéritos policiais, mas com toda tranqüilidade, aqui podem saber alguns setores do Ministério Público, com todas as perseguições que faz, aqui não é o Collor de Mello, Sr. Presidente, aqui nasceu roxo, vai morrer roxo com toda certeza, aqui nasceu roxo e vai morrer roxo, podem fazer o que quiserem, nós não vamos titubear e nós não vamos sucumbir sob pressão nenhuma, não adianta me pressionar, não adianta, não adianta me pressionar de forma alguma, nós vamos continuar agindo como sempre agimos, defendendo as causas que nós achamos que temos que defender, esta é a nossa postura. E quando defendo de que o Ministério Público não pode investigar, porque quem investiga não pode acusar porque faz parte, quando acusa já não acusa com isenção, não acusa com isenção, quem investiga, não acusa com isenção. Quem tem que investigar é a Polícia Judiciária, mas o Ministério Público quer investigar, o Ministério Público quer acusar e não duvidem os senhores, hoje em dia em muitos lugares eles já estão até julgando, eles já estão até julgando, querem ser os verdadeiros deuses. E digo isso tranqüilamente porque tenho um irmão que é Promotor, tenho um irmão que é Promotor, então não é problema de ordem pessoal, é questão de defender um posicionamento que sempre tive e que não posso abrir mão e que eles não entendem e querem levar para o lado pessoal. Não há absolutamente nada do lado pessoal, é um posicionamento que eu tenho e eu gosto de defender esse posicionamento até que me convençam ao contrário.

Mas quero, por fim, Sr. Presidente, agradecer a todos os Deputados que aqui nos receberam com bastante sensibilidade, com bastante urbanidade. Volto já conhecendo vários Deputados que atuaram comigo na legislatura passada e com os novos Deputados. Nós também já tivemos conhecimento, porque como Secretário sempre recebia muitas das vezes esses Deputados, portanto, todos os senhores, indistintamente de coloração partidária, tenham no Deputado Paulo Moraes novamente um companheiro para defendermos as causas do Estado de Rondônia.

E quero aqui também, por último, fazer uma colocação para que não se paire qualquer dúvida, quero agradecer ao Deputado Neodi Oliveira por ter desempenhado durante esses três anos na minha suplência o mandato aqui no meu gabinete, na minha ausência, entendo que o Deputado Neodi fez o seu papel, era Líder do Governo, defendeu o Governo como tinha que defender, com muita maestria, mas nós voltamos aí para cooperar com o Governo e cooperarmos com a Assembléia Legislativa. Nosso muito obrigado.

O SR. CHICO PARAÍBA(1º Secretário) – Sr. Presidente, queremos registrar a presença, como já foi falado, dos Auditores Fiscais, do Ilmº. Sr. Claymilton Alves, Presidente do SIMPORO; Celso Renato, Defensor Público de Espigão do Oeste; Claudionei da Silva, Presidente da Câmara de Alto Paraíso. Está registrando aqui o Deputado Amarildo, o Vereador Bosco; o Vereador de Alto Alegre dos Parecis, o Dedé; o Abadias Brás, Presidente da Câmara de Alto Alegre dos Parecis; Neri Bianchini, Vereador de Alto Alegre dos Parecis; Leonildo Pereira, Vereador de Alto Alegre dos Parecis; Valdemir Andrade, Presidente do SINDIFISCO/RO; e a Claudir, Presidente do SINTERO/RO.

O SR. PRESIDENTE (Carlão de Oliveira) – Encerrado o Grande Expediente, passamos às Comunicações de Lideranças.

Não há Oradores inscritos, passamos à Ordem do Dia.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura das proposições recebidas.

ORDEM DO DIA

O SR. CHICO PARAÍBA(1º Secretário) – Sr. Presidente, Projeto de Resolução da Comissão de Constituição e Justiça e Redação que susta o andamento da ação penal instaurada contra o Deputado Carlos de Oliveira.

- Indicação Deputado Beto do Trento – Indica ao senhor Governador do Estado sobre a necessidade de realizar um convênio com a Universidade Federal de Rondônia – UNIR para manutenção do Campus de Rolim de Moura.

O SR. PRESIDENTE(Carlão de Oliveira) – Solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda à leitura das matérias a serem apreciadas.

O SR. CHICO PARAÍBA(1º Secretário) – Matérias a serem apreciadas: Autor: Deputado Haroldo Santos. Projeto de Lei 439/02. Institui o Exame de Ensino Médio do Estado, SIMULADÃO, na rede pública estadual do ensino médio. Relator: Deputado Leudo Buriti. (Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, com emenda.), Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE(Carlão de Oliveira) – Em discussão o Projeto de Lei 439/02. Encerrada a discussão, em votação.

Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários que se manifestem. Aprovado. Vai a 2ª discussão e votação.

Matéria seguinte.

O SR. CHICO PARAÍBA(1º Secretário) – Sr. Presidente. Autor: Deputado Haroldo Santos. Autoriza o Poder Executivo a criar o Programa Estudo e Trabalho.

Sr. Presidente. Relator: Deputado Amarildo Almeida pela Comissão de Educação e Desportos e Comissão de Finanças e Orçamento, e Deputado Nereu Klosinski.

O SR. PRESIDENTE(Carlão de Oliveira) – Em discussão o Projeto de Lei 006/03. Encerrada a discussão, em votação.

Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários que se manifestem.

Aprovado. Vai a 2ª discussão e votação.

Matéria seguinte.

O SR. CHICO PARAÍBA(1º Secretário) – Deputado Daniel Neri - Projeto de Lei 009/03. "Dispõe sobre o Cartão de Vacina para a matrícula nas unidades escolares da rede pública estadual e privada, e dá outras providências. Pareceres favoráveis, Sr. Presidente, da Comissão de Constituição e Justiça e Redação. Relatora: Deputada Ellen Ruth; Comissão de Educação e Desporto relator Deputado Marcos Donadon.

O SR. PRESIDENTE(Carlão de Oliveira) – Em discussão o Projeto de Lei 009/03. Encerrada a discussão, em votação.

Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários que se manifestem.

Aprovado. Vai a 2ª discussão e votação.

Matéria seguinte.

O SR. CHICO PARAÍBA(1º Secretário) – Projeto de Lei 086/03, Deputado Daniel Neri, autoriza o Poder Executivo a criar Concurso Cultural no âmbito dos estabelecimentos de ensino da rede estadual. Este projeto, Sr. Presidente, **com substitutivo.** (Pareceres favoráveis da Comissão de

Constituição e Justiça e Redação, Relatora Deputada Ellen Ruth; da Comissão de Educação e Desportos, Comissão de Finanças e Orçamento - Deputado Amarildo de Almeida, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlão de Oliveira) – Em discussão o Projeto de Lei 086/03. Encerrada a discussão, em votação. Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários que se manifestem.

Aprovado. Vai a 2ª discussão e votação.
Matéria seguinte.

O SR. CHICO PARAÍBA (1º Secretário) – Projeto de Lei 088/03, Deputado Daniel Neri, autoriza o Poder Executivo a criar a Bolsa de apoio a Produção Literária e dá outras providências.

Sr. Presidente, este projeto é também com substitutivo. Pareceres favoráveis da Comissão de Constituição e Justiça e Redação, Relator Deputado Marcos Donadon; da Comissão de Educação e Desportos, Relator Deputado Amarildo Almeida, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlão de Oliveira) – Em discussão o Projeto de Lei 088/03. Encerrada a discussão, em votação.

Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários que se manifestem.

Aprovado. Vai a 2ª discussão e votação.
Matéria seguinte.

O SR. CHICO PARAÍBA (1º Secretário) – Projeto de Lei 095/03, de autoria do Deputado Edison Gazoni. Dispõe sobre a obrigatoriedade das escolas e creches mantidas ou conveniadas com o Estado manter uma alimentação diferenciada aos diabéticos em sua merenda escolar. (Parecer favorável pelas Comissões de Constituição e Justiça e Redação, Relatora Deputada Ellen Ruth; e da Comissão de Educação e Desportos, Relator Deputado Daniel Neri), Sr. Presidente.

O PRESIDENTE (Carlão de Oliveira) – Em discussão o Projeto de Lei 095/03. Encerrada a discussão, em votação.

Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram.

Aprovado. Vai a 2ª discussão e votação.
Matéria seguinte.

O SR. CHICO PARAÍBA (1º Secretário) – Projeto de Lei 102/03, autor Deputado Beto do Trento, autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Contra Abuso Sexual de Alunos Menores, o PROCASEX, para atender alunos da rede pública estadual de ensino, Sr. Presidente.

Eu quero dizer para V. Exª. que este projeto **com emendas**. (Pareceres favoráveis da Comissão de Constituição e Justiça e Redação, Deputado Amarildo de Almeida; e da Comissão de Educação e Desportos, e Orçamento, relator Deputado Marcos Donadon), Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlão de Oliveira) – Em 1ª discussão e votação Projeto de Lei 102/03. Em discussão. Encerrada a discussão, em votação.

Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram.

Aprovado. Vai a 2ª discussão e votação.
Matéria seguinte.

O SR. CHICO PARAÍBA (1º Secretário) – Projeto de Lei nº 114/03 – Deputados Edézio Martelli, Haroldo Santos e Neodi de Oliveira. "Dispõe sobre a concessão de bolsa universitária aos acadêmicos ingressos em cursos de graduação das instituições públicas de Ensino Superior do Estado de Rondônia". (Pareceres favoráveis da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação – Relator: Deputado Ronilton Capixaba,

e da Comissão de Educação e Desportos e Comissão de Finanças e Orçamento – Relator: Deputado Daniel Neri).

O SR. PRESIDENTE (Carlão de Oliveira) – Em 1ª discussão o Projeto de Lei nº 114/03. Encerrada a discussão, em votação.

Os Srs. Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários que se manifestem.

Aprovado. Vai a 2ª discussão e votação.

O SR. CHICO PARAÍBA (1º Secretário) – Projeto de Lei nº 127/03 – Deputado Carlão de Oliveira – Institui na Rede Pública Estadual de Ensino do Nível Médio a disciplina de Noções Básicas de Informática. (Pareceres favoráveis da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação – Relator: Deputado Chico Paraíba e da Comissão de Educação e Desportos e Comissão de Finanças e Orçamento – Relator: Deputado Nereu Klosinski.), Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlão de Oliveira) – Em 1ª discussão e votação Projeto de Lei nº 127/03. Encerrada a discussão, em votação.

Os Srs. Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários que se manifestem.

Aprovado. Vai a 2ª discussão e votação.

O SR. CHICO PARAÍBA (1º Secretário) – Projeto de Lei nº 137/03 – Deputado Carlão de Oliveira – Institui avaliação de docentes e alunos egressos do nível médio na Rede Estadual de Ensino Público e Privado. **Com emenda**. (Pareceres favoráveis da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação – Relator: Deputado Emílio Paulista, e da Comissão de Educação e Desportos e da Comissão de Finanças e Orçamento – Relator: Deputado Leudo Burity).

O SR. PRESIDENTE (Carlão de Oliveira) – Em 1ª discussão e votação Projeto de Lei nº 137/03. Em discussão. Encerrada a discussão, em votação.

Os Srs. Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários que se manifestem.

Aprovado. Vai a 2ª discussão e votação.

O SR. CHICO PARAÍBA (1º Secretário) – Projeto de Lei nº 139/03 – Deputado Ronilton Capixaba – Dispõe sobre medidas a serem adotadas em caso de evasão escolar ou reiteração de faltas injustificadas de criança ou adolescente a estabelecimento de ensino. (Pareceres favoráveis da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação – Relator: Deputado Edézio Martelli e da Comissão de Educação e Desportos – Relator: Deputado Daniel Néri.).

O SR. PRESIDENTE (Carlão de Oliveira) – Em 1ª discussão e votação Projeto de Lei nº 139/03. Encerrada a discussão, em votação.

Os Srs. Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários que se manifestem.

Aprovado. Vai a 2ª discussão e votação.

O SR. CHICO PARAÍBA (1º Secretário) – Projeto de Lei nº 165/03 – Deputado Chico Doido – Altera e acrescenta dispositivos ao artigo 2º da Lei nº 989, de 17 de julho de 2001. (Pareceres favoráveis da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação – Relatora: Deputada Ellen Ruth, e da Comissão de Educação e Desportos – Relator: Deputado Haroldo Santos).

O SR. PRESIDENTE (Carlão de Oliveira) – Em 1ª discussão e votação Projeto de Lei nº 165/03. Encerrada a discussão, em votação.

Os Srs. Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários que se manifestem.

Aprovado. Vai a 2ª discussão e votação.

O SR. CHICO PARAÍBA (1º Secretário) – Projeto de Lei nº 126/03 – Deputado Carlão de Oliveira – Institui a obrigatoriedade do ensino básico da língua espanhola na Rede Estadual de Ensino Público e Particular. (Pareceres favoráveis da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação – Relator: Deputado Edézio Martelli, e da Comissão de Educação e Desportos e Comissão de Finanças e Orçamento – Relator: Deputado Haroldo Santos).

O SR. PRESIDENTE (Carlão de Oliveira) – Em 1ª discussão e votação Projeto de Lei nº 126/03. Encerrada a discussão, em votação.

Os Srs. Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários que se manifestem.

Aprovado. Vai a 2ª discussão e votação.

O SR. CHICO PARAÍBA (1º Secretário) – Projeto de Lei nº 467/05 – Deputada Ellen Ruth – Declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores Rurais e Amigos do Distrito de São Carlos. (Pareceres favoráveis da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação e da Comissão de Saúde e Assistência Social – Relator; Deputado Kaká Mendonça).

O SR. PRESIDENTE (Carlão de Oliveira) – Em 1ª discussão e votação Projeto de Lei nº 467/05. Encerrada a discussão, em votação.

Os Srs. Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários que se manifestem.

Aprovado. Vai a 2ª discussão e votação.

O SR. CHICO PARAÍBA (1º Secretário) – Projeto de Lei nº 478/05 – Deputada Ellen Ruth – Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APE, com sede no município de São Francisco do Guaporé. (Pareceres favoráveis da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação e da Comissão de Saúde e Assistência Social – Relator: Deputado Edézio Martelli).

O SR. PRESIDENTE (Carlão de Oliveira) – Em 1ª discussão e votação o Projeto de Lei nº 478/05. Encerrada a discussão, em votação.

Os Srs. Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários que se manifestem.

Aprovado. Vai a 2ª discussão e votação.

O SR. CHICO PARAÍBA (1º Secretário) – Projeto de Lei nº 479/05 – Deputado Leudo Buriti – Declara de Utilidade Pública a Fundação de Educação, Cultura e Desenvolvimento Empresarial e Social – Fundação Jicred/CDL. (Pareceres favoráveis da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação e da Comissão de Saúde e Assistência Social – Relator: Deputado Doutor Carlos Henrique).

O SR. PRESIDENTE (Carlão de Oliveira) – Em 1ª discussão e votação Projeto de Lei nº 479/05. Em discussão; encerrada a discussão; em votação.

Os Srs. Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários que se manifestem.

Aprovado. Vai a 2ª discussão e votação.

O SR. CHICO PARAÍBA (1º Secretário) – Projeto de Lei nº 213/04 – DEPUTADO HAROLDO SANTOS – Dispõe sobre a isenção da taxa de inscrição em vestibular de instituição de ensino superior no Estado de Rondônia. (Pareceres favoráveis da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, Comissão de Educação e Desportos e da Comissão de Finanças e Orçamento – Relator: Deputado Gazoni).

O SR. PRESIDENTE (Carlão de Oliveira) – Em 1ª discussão e votação Projeto de Lei nº 213/04. Em discussão; encerrada a discussão, em votação.

Os Srs. Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários se manifestem.

Aprovado. Vai a 2ª discussão e votação.

O SR. CHICO PARAÍBA (1º Secretário) – Projeto de Lei nº 034/03 – Deputado Beto do Trento – Autoriza o Poder Executivo a substituir os quadros escolares da rede estadual de ensino. (Pareceres favoráveis da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação – Relator: Deputado Emílio Paulista, Comissão de Educação e Desportos e Comissão de Finanças e Orçamento – Relator: Deputado Leudo Buriti).

O SR. PRESIDENTE (Carlão de Oliveira) – Em 1ª discussão e votação Projeto de Lei nº 034/03. Encerrada a discussão passamos à votação.

Os Srs. Deputados favoráveis permaneçam como se encontram.

Aprovado. Vai a 2ª discussão e votação.

O SR. CHICO PARAÍBA (1º Secretário) – Projeto de Lei nº 026/03 – Deputado Dr. Deusdete Alves – Dispõe sobre a comemoração de Momento Cívico nas Escolas Públicas do Estado de Rondônia e dá outras providências. (Pareceres favoráveis da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, **com substitutivo** – Relator: Deputado Beto do Trento, e da Comissão de Educação e Desportos – Relator: Deputado Edézio Martelli).

O SR. PRESIDENTE (Carlão de Oliveira) – Em 1ª discussão e votação Projeto de Lei nº 026/03. Encerrada a discussão, passamos à votação.

Os Srs. Deputados favoráveis permaneçam como se encontram.

Aprovado. Vai a 2ª discussão e votação.

O SR. CHICO PARAÍBA (1º Secretário) – Projeto de Lei nº 223/04 – Deputada Ellen Ruth – Dispõe sobre estágio não remunerado para os acadêmicos das escolas superiores de educação do Estado de Rondônia nos órgãos da Administração Estadual. (Pareceres favoráveis da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação – Relator: Deputado Emílio Paulista e da Comissão de Educação e Desportos – Relator: Deputado Renato Velloso.).

O SR. PRESIDENTE (Carlão de Oliveira) – Em 1ª discussão e votação Projeto de Lei nº 223/04. Encerrada a discussão, passamos à votação.

Os Srs. Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários que se manifestem.

Aprovado. Vai a 2ª discussão e votação.

O SR. CHICO PARAÍBA (1º Secretário) – Projeto de Lei nº 472/05 – Poder Executivo/Mensagem 115 – Autoriza o Poder Executivo a proceder à contratação de pessoal por tempo determinado, nas áreas da Educação, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos da Lei nº 1184, de 27 de março de 2003. (Pareceres da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, Comissão de Educação e Desportos e da Comissão de Finanças e Orçamento – Relator: Deputado Gazoni.)

Sr. Presidente, projeto com emendas, Deputado Amarildo Almeida e Deputado Edézio Martelli irão apresentar emendas em Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Carlão de Oliveira) – Solicito ao Deputado Chico Paraíba para emitir parecer pelas Comissões.

O SR. CHICO PARAÍBA (1º Secretário) – Sr. Presidente. O Projeto tem, apresenta aqui duas emendas. O Deputado Amarildo de Almeida sugere ao montante de professores a serem contratados que sejam acrescidos mais 30 professores que serão lotados nas escolas de obras sociais Santa Marcelina, nos níveis em que suprirem suas necessidades, e eu e o Deputado Edézio Martelli com as respectivas assinaturas para dar embasamento à emenda sugerimos a renovação, ou seja, dos professores que serão acrescidos mais 15 professores que serão lotados nas escolas famílias agrícolas, mesmo sabendo que o aumento de professores, isso na realidade acarreta despesas, ou seja, aumento de despesas ao projeto porque são acréscimos de professores e mais gastos, mesmo assim em função da necessidade e esperando que o Governador não vete o projeto.

O nosso parecer é favorável, Sr. Presidente. embora deixemos claro que qualquer aumento de despesa pode acarretar inconstitucionalidade, mas em função da questão do alcance social esperamos que o Governo não venha a vetar o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Carlão de Oliveira) – Em discussão o Parecer do Deputado Chico Paraíba. Encerrada a discussão do parecer passemos a votação do Parecer.

Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram.

Aprovado o parecer acatando as emendas.

Em discussão o Projeto 472/05. Encerrada a discussão. Em votação.

Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários que se manifestem.

Aprovado, vai a 2ª discussão e votação.

Matéria seguinte.

O SR. CHICO PARAÍBA – Deputado Carlão de Oliveira. Projeto de Lei nº 474. Declara de Utilidade Pública a Associação dos Produtores Rurais Marco Azul, ASPROMA, em Buritis – RO.

Esse projeto teve parecer favorável pela Comissão de Constituição e Justiça e Redação e também pela Comissão de Saúde e Assistência Social. Relator: Deputado Romeu Reolon.

O SR. PRESIDENTE (Carlão de Oliveira) – Em 1ª discussão e votação o projeto de Lei nº 474/05. Encerrada a discussão. Em votação.

Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários que se manifestem.

Aprovado. Vai a 2ª discussão e votação.

Matéria seguinte.

O SR. CHICO PARAÍBA (1º Secretário) – Deputado Edézio Martelli. Projeto de Lei 373/03. Dispõe sobre a obrigatoriedade das Fábricas de Carroças de tração animal instalar sinais luminosos e dá outras providências.

Esse projeto do Deputado Edézio Martelli tem parecer favorável pela Comissão de Constituição e Justiça e Redação. Deputado Romeo Reolon é o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Carlão de Oliveira) – Em 1ª discussão e votação o Projeto de Lei nº 373/05. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Os Deputados favoráveis permaneçam como se encontram, os contrários que se manifestem.

Aprovado. Vai a 2ª discussão e votação.

Matéria seguinte.

O SR. CHICO PARAÍBA (1º Secretário) – Sr. Presidente. Poder Executivo – Mensagem nº 120. Projeto de Lei Complementar nº 075/05. Altera o *caput* do artigo 64 da Lei Complementar nº 224, de 04 de janeiro de 2000.

Sr. Presidente, este projeto aqui é o projeto que se refere à questão da lei dos Auditores Fiscais. É uma Lei Complementar. A votação será nominal.

O SR. PRESIDENTE (Carlão de Oliveira) – Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Solicito ao Sr. Secretário fazer a chamada nominal dos Srs. Deputados. Os Deputados favoráveis votam SIM, os contrários votam NÃO.

O SR. CHICO PARAÍBA (1º Secretário) –

Procedendo à chamada nominal dos Srs. Deputados:

Deputado Nereu Klosinski	- ausente
Deputado Néri Firigolo	- sim
Deputado Amarildo Almeida	- sim
Deputado Dr. Deusdete	- sim
Deputado Edison Gazoni	- sim
Deputado Dr. Carlos	- sim
Deputado Chico Paraíba	- sim
Deputado Daniel Néri	- sim
Deputado João da Muleta	- sim
Deputado Marcos Donadon	- ausente
Deputada Ellen Ruth	- sim
Deputado Haroldo Santos	- ausente
Deputado Maurão de Carvalho	- ausente
Deputado Kaká Mendonça	- sim
Deputado Leudo Buriti	- ausente
Deputado Chico Doido	- ausente
Deputado Paulo Moraes	- sim
Deputado Ronilton Capixaba	- sim
Deputado Everton Leoni	- sim
Deputado Romeu Reolon	- sim
Deputado Carlão de Oliveira regimental	- a b s t e n ç ã o
Deputado Edézio Martelli	- sim
Deputado Beto do Trento	- sim
Deputado Renato Velloso	- sim

Segunda chamada:

Deputado Nereu Klosinsk	- ausente
Deputado Marcos Donadon	- ausente
Deputado Haroldo Santos	- sim
Deputado Maurão de Carvalho	- ausente
Deputado Leudo Buriti	- ausente
Deputado Chico Doido	- ausente

Senhor Presidente 18 votos favoráveis, uma abstenção regimental e 05 ausências.

O SR. PRESIDENTE (Carlão de Oliveira) – Fica aprovado em 1ª discussão o Projeto de Lei nº 075/05.

Vai à 2ª discussão e Votação.

Matéria seguinte.

O SR. CHICO PARAÍBA (1º Secretário) – Sr. Presidente. Mensagem nº 125. Projeto de Lei Complementar nº 079/05. Cria o Programa de Residência Médica no âmbito da Secretaria de Estado de Saúde – SESAU e dá outras providências.

Este Projeto tem uma emenda modificativa. Parecer Favorável da Comissão de Constituição de Justiça e Redação. Relator: Deputado Renato Velloso.

O SR. PRESIDENTE (Carlão de Oliveira) – O Deputado Chico para discutir.

O SR. CHICO PARAIBA – Sr. Presidente, eu queria dizer para V.Exª que esse Projeto de Lei é altamente importante para o nosso Estado, até porque o Acre já tem o Programa de Residência Médica há muito tempo e é através dos programas de residência que muitos médicos, ao fazer residência aqui no Estado de Rondônia, possam inclusive se inserir dentro da discussão da questão do espaço de trabalho no Estado de Rondônia. Aqui tem dois médicos nesta Casa. O Deputado

Renato Velloso, eu queria, Deputado, parabenizar V.Ex^a por ter apresentado o parecer favorável, já que é um projeto tão importante, e o Deputado Doutor Deusdete é outro médico e sabe da importância, principalmente quantas pessoas têm filhos que já são médicos e que às vezes têm que fazer residências em outros Estados distantes e até enfrentando uma série de problemas.

Então, eu queria dizer, Sr. Presidente, que este Projeto tem um alcance social muito grande e de antemão dizer que os dois médicos que temos aqui nesta Casa eu acho que se sentiram felizes em agora dizer nos quatro cantos do país que alguém pode fazer residência no Estado de Rondônia. E fico satisfeito, Renato, porque a Deputada Ellen Ruth, o filho já ingressou na faculdade de Medicina, minha filha também e a gente já pode brigar. O nosso Deputado Neri Firigolo e a gente pode agora sonhar que aqueles que nasceram aqui possam inclusive fazer as residências aqui no Estado de Rondônia.

Então era esta a nossa fala, exatamente reforçando a importância desse projeto para o Estado de Rondônia.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlão de Oliveira) – Encerrada a discussão, passamos à votação. A votação será nominal.

Solicito ao Sr. Secretário fazer a chamada dos Srs. Deputados.

O SR. CHICO PARAÍBA (1º Secretário) – Procedendo à chamada nominal dos senhores Deputados:

- Deputado Nereu Klosinski	- sim
- Deputado Neri Firigolo	- sim
- Deputado Amarildo Almeida	- sim
- Deputado Dr. Deusdete	- sim
- Deputado Gazoni	- sim
- Deputado Dr. Carlos	- sim
- Deputado Chico Paraíba	- sim
- Deputado Daniel Neri	- sim
- Deputado João da Muleta	- sim
- Deputado Marcos Donadon	- ausente
- Deputada Ellen Ruth	- sim
- Deputado Haroldo Santos	- ausente
- Deputado Maurão de Carvalho	- ausente
- Deputado Kaká Mendonça	- sim
- Deputado Leudo Buriti	- ausente
- Deputado Chico Doido	- ausente
- Deputado Paulo Moraes	- ausente
- Deputado Ronilton Capixaba	- sim
- Deputado Everton Leoni	- ausente
- Deputado Romeu Reolon	- sim
- Deputado Carlão de Oliveira regimental	- a b s t e n ç ã o
- Deputado Edézio Martelli	- ausente
- Deputado Beto do Trento	- sim
- Deputado Renato Velloso	- sim

Segunda chamada:

- Deputado Marcos Donadon	- ausente
- Deputado Haroldo Santos	- sim
- Deputado Maurão de Carvalho	- ausente
- Deputado Leudo Buriti	- ausente
- Deputado Chico Doido	- ausente
- Deputado Paulo Moraes	- sim
- Deputado Everton Leoni	- sim
- Deputado Edézio Martelli	- sim

Sr. Presidente 19 votos favoráveis, uma abstenção regimental e 04 ausências.

O SR. PRESIDENTE (Carlão de Oliveira) – Fica aprovado em 1ª discussão e votação o Projeto de Lei Complementar nº 079/05, vai a 2ª discussão e votação.

O SR. CHICO PARAÍBA (1º Secretário) - Projeto de Lei Complementar nº 076/05 – Poder Executivo – Mensagem 121 - “Institui o Sistema Estadual de Vigilância em Saúde do Estado de Rondônia – SEVISA-RO, cria a Agência Estadual de Vigilância em Saúde de Rondônia – AGEVISA-RO, e dá outras providências”. (Pareceres favoráveis da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, Comissão de Saúde e Assistência Social e da Comissão de Finanças e Orçamento – Relator: Deputado Amarildo de Almeida.)

O SR. PRESIDENTE (Carlão de Oliveira) – Em discussão. Encerrada a discussão, em votação.

O SR. CHICO PARAÍBA (1º Secretário) – Sr. Presidente, é Projeto de Lei Complementar.

O SR. PRESIDENTE (Carlão de Oliveira) – Os Srs. Deputados favoráveis votam “SIM”, os contrários votam “NÃO”. Solicito ao Sr. Secretário, proceder à chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. CHICO PARAÍBA (1º Secretário) – Procedendo à chamada nominal dos senhores Deputados:

- Deputado Nereu Klosinski	- sim
- Deputado Neri Firigolo	- sim
- Deputado Amarildo de Almeida	- sim
- Deputado Doutor Deusdete	- sim
- Deputado Gazoni	- sim
- Deputado Doutor Carlos	- sim
- Deputado Chico Paraíba	- sim
- Deputado Daniel Neri	- sim
- Deputado João da Muleta	- sim
- Deputado Marcos Donadon	- ausente
- Deputada Ellen Ruth	- sim
- Deputado Haroldo Santos	- ausente
- Deputado Maurão de Carvalho	- ausente
- Deputado Kaká Mendonça	- sim
- Deputado Leudo Buriti	- ausente
- Deputado Chico Doido	- ausente
- Deputado Paulo Moraes	- sim
- Deputado Ronilton Capixaba	- ausente
- Deputado Everton Leoni	- sim
- Deputado Romeu Reolon	- sim
- Deputado Carlão de Oliveira Regimental	- a b s t e n ç ã o
- Deputado Edézio Martelli	- sim
- Deputado Beto do Trento	- sim
- Deputado Renato Velloso	- sim

Segunda chamada:

- Deputado Marcos Donadon	- ausente
- Deputado Haroldo Santos	- ausente
- Deputado Maurão de Carvalho	- ausente
- Deputado Leudo Buriti	- ausente
- Deputado Chico Doido	- ausente
- Deputado Ronilton Capixaba	- sim

Senhor Presidente, 18 votos favoráveis, uma abstenção regimental e 05 ausências.

O SR. PRESIDENTE (Carlão de Oliveira) – Fica aprovado o Projeto de Lei Complementar 076/05. E fica ratificado o Projeto anterior é 079/05.

Matéria seguinte.

O SR. CHICO PARAÍBA (1º Secretário) – Sr. Presidente, Mesa Diretora – “Dispõe sobre subsídio do Governador do Estado, Vice-Governador e Secretários de Estado, referido no Art. 28, § 2º da Constituição Federal”, Sr. Presidente.

- Comunicado – “Os Deputados do Partido Liberal – PL, abaixo subscritos, vêm à presença de V. Ex^a. para indicar o Deputado Paulo Moraes para exercer a Liderança do Partido nesta Casa Legislativa”.

O SR. PRESIDENTE (Carlão de Oliveira) – Encerrada a Ordem do Dia, nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus, antes de encerrar a presente Sessão convoco uma Sessão Extraordinária para o prazo de 05 minutos para votar em 2ª discussão e votação as matérias que foram votadas nesta Sessão.

Está encerrada a Sessão.

(Encerra-se esta sessão às 16 horas e 19 minutos).

**ATA DA 79ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO
LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA.
Em 15 de dezembro de 2005.**

**Presidência dos Srs.
Carlão de Oliveira – Presidente
Kaká Mendonça – 1º Vice-Presidente
Deusdete Alves - 4º Secretário
Paulo Moraes - Deputado**

(Às 9 horas e 30 minutos é aberta a sessão).

COMPARECEM OS SENHORES: Nereu Klosinski (PT) Amarildo Almeida (PDT), Dr. Deusdete (PDT), Edson Gazoni (PDT), Dr. Carlos (PDT), Chico Paraíba (PMDB), Daniel Neri (PMDB), João da Muleta (PMDB), Marcos Donadon (PMDB), Ellen Ruth (PP), Haroldo Santos (PP), Kaká Mendonça (PTB) Paulo Moraes (PL), Ronilton Capixaba (PL), Everton Leoni (PRONA), Romeu Reolon (PSL), Carlão de Oliveira (PSL), Edézio Martelli (PTN), Beto do Trento (PSDC), Renato Velloso (PPS).

O SR. PRESIDENTE (Carlão de Oliveira) – Havendo número legal, sob a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta a 79ª Sessão Ordinária da 3ª Sessão Legislativa da 6ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia.

Solicito ao Sr. Secretário proceder à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. DEUSDETE ALVES (4º Secretário) – Procedendo à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Carlão de Oliveira) – Em discussão a Ata que acaba de ser lida. Não havendo impugnação dou-a por aprovada.

Solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda à leitura do expediente recebido.

O SR. DEUSDETE ALVES (4º Secretário) – Procedendo à leitura do expediente recebido.

EXPEDIENTE RECEBIDO

01 - Ofício nº 948/05 – COTEL, em resposta ao Of. P/457/05, referente à Indicação nº 1374/05, de autoria do Deputado Maurão de Carvalho.

02 - Ofício nº 949/05 – COTEL, em resposta ao Of. P/459/05, referente à Indicação nº 1375/05, de autoria do Deputado Maurão de Carvalho.

03 - Ofício nº 950/05 – COTEL, em resposta ao Of. P/456/05, referente à Indicação nº 1373/05, de autoria do Deputado Maurão de Carvalho.

04 - Ofício nº 954/05 – COTEL, em resposta ao Of. P/410/05, referente à Indicação nº 1336/05, de autoria do Deputado Dr. Deusdete Alves.

05 - Ofício nº 955/05 – COTEL, em resposta ao Of. P/411/05, referente à Indicação nº 1337/05, de autoria do Deputado Dr. Deusdete Alves.

06 - Ofício nº 956/05 – COTEL, em resposta ao Of. P/424/05, referente à Indicação nº 1354/05, de autoria do Deputado Dr. Deusdete Alves.

07 - Ofício nº 957/05 – COTEL, em resposta ao Of. P/436/05, referente à Indicação nº 1351/05, de autoria do Deputado Ronilton Capixaba.

08 - Ofício nº 958/05 – COTEL, em resposta ao Of. P/433/05, referente à Indicação nº 1348/05, de autoria do Deputado Ronilton Capixaba.

09 - Ofício nº 959/05 – COTEL, em resposta ao Of. P/418/05, referente à Indicação nº 1342/05, de autoria do Deputado Beto do Trento.

10 - Ofício nº 960/05 – COTEL, em resposta ao Of. P/435/05, referente à Indicação nº 1350/05, de autoria do Deputado Ronilton Capixaba.

11 - Ofício nº 961/05 – COTEL, em resposta ao Of. P/403/05, referente à Indicação nº 1329/05, de autoria do Deputado Leudo Buriti.

12 - Ofício nº 962/05 – COTEL, em resposta ao Of. P/450/05, referente à Indicação nº 1369/05, de autoria do Deputado Neodi de Oliveira.

13 - Ofício nº 964/05 – COTEL, em resposta ao Of. P/458/05, referente ao Requerimento nº 737/05, de autoria dos Deputados Haroldo Santos e Neri Firigolo.

14 - Ofício nº 0001/05 – Sociedade Cultura Libanesa de Rondônia, solicitando a inclusão de emenda ao orçamento no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), para atender à referida Sociedade.

15 - Ofício AL-P-(SGM) nº 553/05 – Assembléia Legislativa do Estado do Piauí, manifestando a preocupação no sentido de que a reunião do Colégio de Presidentes das Assembléias Legislativas prevista para o mês de janeiro de 2006 aconteça, efetivamente, no decorrer do próximo mês, e que na referida reunião o colegio já possa analisar um minuta do seu estatuto.

16 - Comunicado nº AL 001079/05 - Ministério da Educação, informando sobre a liberação de recursos financeiros para a execução de programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, Programa PNAC – PNAE CRECHE, no valor de R\$2.236,50 (dois mil duzentos e trinta e seis reais e cinquenta centavos).

O SR. PRESIDENTE (Carlão de Oliveira) – Passamos ao Pequeno Expediente. Breves Comunicações. Com a palavra o Deputado Edézio Martelli por cinco minutos.

O SR. EDÉZIO MARTELLI – Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa.

Sr. Presidente, as matérias veiculadas ontem no **Jornal Nacional**, a conclusão dos trabalhos da Comissão Parlamentar, da Comissão do Senado, a Comissão Mista para averiguar a situação de Rondônia, eu me lembro quando a Comissão foi instalada, ela foi instalada e na época até parabeneizei, estive em Brasília de uma certa forma contribuindo com o trabalho da Comissão, levando informações, levando documentos,

levantando, expressando a nossa opinião, o nosso sentimento, porque eu entendo que toda investigação, que todo trabalho que é feito em prol de esclarecer a população, esclarecer a sociedade, principalmente quando se trata de algo que levanta suspeita, que levanta dúvida em relação a como está sendo conduzido o exercício do serviço público, principalmente a função parlamentar que cabe a nós, então nós fomos a Brasília, não só eu, todos os Deputados desta Casa foram a Brasília contribuir para as informações à Comissão Mista do Senado.

Eu, a partir de então, fui tomando conhecimento qual era, Deputado Romeu, o verdadeiro intuito, a verdadeira intenção da Comissão. Eu subi a esta Tribuna e fui um dos Parlamentares que acabei tecendo algumas críticas à Comissão, naquele momento já entendendo que haveria por parte de membros, eu não vou condenar a todos os Senadores que faziam parte da Comissão, porque nós percebemos que havia no mínimo dois Senadores que estão muito mal, e aí eu só pude perceber isso ao caminhar das coisas. Estão muito mal no seu Estado. Eu estive no Acre conversando com alguns empresários, eu tenho alguns amigos proprietários de faculdades, proprietários de distribuidoras de combustíveis, eu fui fazer uma visita, e como é a visão da sociedade do povo do Acre em relação ao Senador Sibá Machado e a aí lá no Acre eles dizem o seguinte: "O Senador Sibá Machado é suplente da Senadora Marina Silva, ele é Senador sem voto, infelizmente a legislação permite que tenhamos políticos de alta relevância como Senadores que não precisam voto, basta ser suplente de uma pessoa de alta, digamos, com respeito à própria Ministra de alta influência, se eleger Senador.

Segundo a população do Acre, esse Sibá Machado se for candidato a vereador em Rio Branco do Acre, não menosprezando os vereadores, mas comparando o cargo de vereador ao de senador, que é um cargo de alta relevância, ele não tem voto para se eleger vereador em Rio Branco. Disseram ainda que se fosse fazer uma varredura nos correios encontraria com muita facilidade o Senador Sibá Machado na história dos correios. Recentemente foi matéria, Sr. Presidente, divulgada em nível nacional referente ao Senador de Goiás, Demóstenes Torres. Ele foi o mais, digamos, enérgico, mais duro nesta Comissão e nós podemos perceber logo depois que ele estava fazendo isso, tentando vir a Rondônia buscar holofotes da mídia para cobrir o escândalo em Goiás do patrocínio do jogo do bicho para reforma da sua casa, isso é o que o povo ficou sabendo. Qual é a moral de um Senador como esse, não é julgar o Martelli, não é julgar o Deputado Amarildo, não é julgar um membro deste Poder, é julgar o Estado de Rondônia, é pedir intervenção no Estado de Rondônia alegando que o Estado de Rondônia está ingovernável, que está mal, a ordem pública está ameaçada e, no entanto, o Governo está fluindo muito bem, obras, asfalto, transporte escolar, que aliás é um dos Estados que mais contribui com o transporte escolar, R\$14.000.000,00 foram empenhados só em transporte escolar no Estado de Rondônia. Asfalto com recurso do Estado e é de se destacar com recurso do Estado, porque nós temos muito pouco de contribuição de recursos federais para o desenvolvimento do Estado, aí o Senador que está totalmente comprometido, aliás não se eleger mais lá nem se se candidatar a um cargo muito inferior ao que ele está, aí vem tentar fazer média. E ontem nós já esperávamos pelo que ele falava na mídia, pelo que ele falava quando vinha a Rondônia, gastando o dinheiro público, dava uma impressão que, aí ontem pediu intervenção no Estado de Rondônia e pediu para cassar os 23 Deputados. Ora, quem é o Senador Demóstenes para vir aqui e pedir intervenção no Estado de Rondônia, se não dá conta de resolver os problemas do seu Estado, ou melhor, não se dá conta de que no Estado dele ele não tem moral para resolver os problemas de lá e aí vem interferir.

Então, eu queria dizer o seguinte: ficaram perdidos no espaço, a Comissão do Senado ficou perdida no espaço, adiou por várias vezes e apresentou um relatório sugerindo uma coisa que é inconstitucional, a não ser que tenha pessoas na instância da Justiça com a mesma cabeça contaminada ou comprometida com interesses obscuros como a do Senador, e eu não acredito nisso.

Então, Sr. Presidente, eu estou aqui colocando a minha indignação porque ele não está prejudicando os Deputados,

ele não está prejudicando a um grupo de pessoas, ele está prejudicando o Estado de Rondônia, aliás o Estado de Rondônia que é o Estado que contribuiu para, digamos, o resto da Federação Brasileira com centenas, milhares de famílias que aqui estão e que vieram de todos os Estados, é um dos Estados, digamos, diferente na sua composição de cultura, de raça, enfim, é o Estado de Rondônia. Aqui tem o pessoal do Sul, aqui tem o pessoal do Nordeste, aqui tem pessoas e que conseguem e conseguiram colocar o Estado de Rondônia na quinta posição, no quinto lugar no ranking da produção, aliás o Estado que mais cresceu tanto na Federação Brasileira foi o Estado de Rondônia, enquanto o Brasil que esperava um crescimento em torno de 5%, o Estado de Rondônia superou esta cifra, é um Estado que sobrevive com suas condições próprias.

Então eu só estou colocando isso, Sr. Presidente, em repúdio a atitudes daqueles que não dão conta de arrumar a casa deles e tentam expressar para fora aquilo que até foge da competência deles para tentar se aparecer, para tentar se justificar diante daqueles que um dia vão julgar eles com certeza, porque quem não tem prestígio como esses que agora eu citei não merece a atenção e com certeza os Estados deles darão esta resposta.

E isso, Sr. Presidente, que gostaria de colocar neste momento. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlão de Oliveira) – Com a palavra o Deputado Dr. Carlos, por cinco minutos.

O SR. DOUTOR CARLOS – Sr. Presidente, nobres Deputados, imprensa presente, público que se encontra aqui no momento.

Sr. Presidente, nesse discurso agora ouvido do Deputado Edézio Martelli, ele traduz aí uma verdade, a indignação de toda Casa Legislativa aqui do Estado de Rondônia com relação ao relatório, ao pseudo-relatório que foi entregue ontem na Comissão Externa, feito, elaborado pela Comissão externa do Senado. Eu li todo o relatório, na verdade não vejo que trouxe qualquer fato novo no que se refere às questões de toda mídia rondoniense e brasileira, todo o Estado de Rondônia já tem conhecimento. Na verdade, a minha visão foi feita uma verdadeira politicagem, politicagem pura, porque nós que conhecemos um pouco de Direito, todos aqueles que entendem da legislação brasileira, da Constituição brasileira, sabemos da impropriedade que seria uma intervenção no Estado de Rondônia. Na verdade, eu acho que estão querendo destruir o Estado de Rondônia, porque eles embasam o seu pedido em grave comprometimento da ordem pública. Como há grave comprometimento da ordem pública, se nós agora estamos aqui reunidos, votando os projetos, trabalhando, discutindo o orçamento do Estado? Como há grave comprometimento da ordem pública, se o Governador está trabalhando, está executando os seus trabalhos na chefia do Executivo Estadual, se o Tribunal de Justiça está trabalhando, está inaugurando Comarcas, está inaugurando prédios no interior do Estado, criando Varas da Justiça Especial em localidades retiradas, o Ministério Público está desempenhando o seu mister, Tribunal de Contas está também exercendo as suas funções com dignidade?

Na verdade, o que nós vemos é que estão querendo antecipar o processo eleitoral, Deputado Romeu, isso está na cara. Como eles entendem que nós, nós aqui representantes do Poder Legislativo não podemos continuar exercendo o nosso mandato, mesmo sendo candidato a reeleições e porventura reeleitos, eles querem nos destruir, isso é errado. Eu acho que toda a questão jurídica ou política que seja não pode passar da pessoa do cidadão, temos que respeitar os direitos individuais, o direito do exercício da ampla defesa, o que não foi dado a nós. Quando eu li aquele relatório, eles nos colocam como verdadeiros delinquentes, Deputado Martelli, mas sem ter alguma prova consistente nesse próprio relatório, são ilações feitas pelo Senador do Estado de Goiás, Senador Demóstenes, incrível a forma como age e a forma como se expressa esse Senador pelo Estado de Goiás. Ontem eu tive a infelicidade de ouvir uma entrevista desse Senador na Rádio Senado, onde ele se dirige a esta Casa de Leis de uma forma que é totalmente

absurda e nos lembra o período mais triste da ditadura militar, porque ele chama todos nós aqui de "ratos", de "delinquentes", de "ladrões", de "uma cambada de safados", isso não é maneira de um Senador da República se expressar com relação a um Poder constituído da Federação Brasileira, ele faça a parte dele como fez no seu relatório, que ao meu ver, foi um relatório fraco, não teve, não foi baseado em provas concretas, mas ele faça a parte dele e deixe que as autoridades constituídas da Nação decidam o que fazer.

"Agora, a nós tem que ser dado o direito de defesa, Sr. Presidente, é demais a gente levar tanta paulada desse jeito, ouvindo uma pessoa desqualificada como esse Senador, que tem seus problemas políticos e pessoais e vir falar mal da gente. Quem é ele para falar mal de mim? Eu não o conheço e ele também não me conhece, ele tem que me respeitar, entendeu? E minha mãe é goiana, mas é uma boa goiana, tenho certeza disso, e nem sei se ele é goiano aquele cara, eu exijo respeito. Eu peço até, aliás nós vamos propor uma Moção de Repúdio contra esse Senador. Eu espero que os pares desta Casa aprovelem essa Moção, porque uma coisa é ele expressar o que ele pensa, o que existe num processo, num pedido, num parecer que é idealizado, outra coisa é ele se dirigir de uma forma tão leviana, de forma tão baixa e desqualificada com relação a nós. Nós somos pessoas que estamos investidos aqui, não foi porque eu quis estar aqui, eu sozinho não chego aqui na Assembleia Legislativa, como nenhum dos senhores, nós estamos aqui porque a população do Estado de Rondônia nos colocou neste cargo, então nós exigimos o mínimo, o mínimo de respeito, o mínimo de respeito. Processos estão tramitando no Polícia Federal? Estão. Nós estamos lá, quando somos intimados nós vamos lá e respondemos. Os nossos servidores foram intimados, foram lá e responderam e depuseram. Existem procedimentos no Ministério Público, as pessoas são chamadas e estão indo lá e respondendo, o Ministério Público faz a parte dele, a Justiça está fazendo a dela, podemos não concordar com decisões judiciais, como o Presidente da Casa não concordou com o seu afastamento do mandato da Presidência, mas ele não ficou aqui xingando A, B ou C, ele foi lá no Supremo Tribunal Federal e conseguiu uma medida liminar e voltou a seu cargo. Eu acho que as coisas devem funcionar dessa maneira, vamos agir com serenidade, com profissionalismo também, parar com esse tipo de coisa, pessoas se promovendo em cima de nós, isso é uma vergonha, é triste ouvir o que aquele Senador fala com relação a nossa pessoa. Eu tenho certeza que ele não é santo, representa um Partido que é o PFL, que é o Partido que representa a pior escória da política brasileira que sustentou a ditadura militar por vinte e cinco anos, assassinou muita gente e hoje é culpado por essa miséria no País. Então a pessoa que é do PFL para mim já tem que pensar duas vezes em aceitar alguma coisa que fala. E eu até falo isso, tenho a liberdade de falar que nesta Casa não tem nenhum membro do PFL, já teve, hoje não tem mais, os que eram de lá revolveram sair.

O Sr. Edézio Martelli – Um aparte, Deputado?

O SR. DOUTOR CARLOS – Eu cedo...

O Sr. Edézio Martelli – Eu só queria, o som demorou a ser aberto aqui, resgatar um pouquinho a questão da denúncia, da intervenção. Eles alegaram assessorias indevidas, fantasmas, paralelas e aí quando é quem está fazendo isso é o Senado, é o Congresso. Para nossa surpresa, só o Severino criou duas assessorias de R\$8.000,00(oito mil reais), aí eles regularizaram o volume de assessorias que eles tinham com Ato assinado pelo Presidente Lula retroagindo todas, quer dizer, regularizaram a situação. E nós estamos sendo penalizados pela assessoria que eles chamam de indevidas, de fantasmas, paralelas e que isso está sendo investigado pela Polícia e que o inquérito não terminou, quando terminar cada um vai conseguir provar. Agora, eu só queria chamar atenção para um fato. Se nós temos regimentalmente, constitucionalmente um direito de 75% da estrutura de um Deputado Federal e que consequentemente é a estrutura do Senado, e se você pegar R\$75.000,00(setenta e cinco mil reais) de assessoria de estrutura de assessores que tem a Câmara Federal e que eu

não sei onde que estão os assessores dos Deputados Federais, pelo menos os que eu convivi muito tempo, não sei, lá na minha cidade dizem que tem um, descobri agora, mas nunca pregou um prego numa barra de sabão. Tem assessor para todo o lado de Deputado Federal e a legislação brasileira diz que nós temos 75%, quanto, eu não sou muito bom de matemática, quanto seriam 75% de setenta e poucos mil reais, equivocadamente eles atribuem à forma que eles fizeram a uma forma correta e a nossa incorreta e não leva em consideração que a nossa está regularizada como a deles e aí pede para cassar, então se fosse cassar por assessorias e se não são fantasmas, pelo menos as minhas eu respondo por elas, e inclusive paga imposto de renda, paga todos os impostos, INSS, aí, não, esse tem que ser cassado porque tem muito menos do que 75%, muito menos de 75% de um Deputado Federal. É uma aberração, é fazer média com a cara, é usar a inteligência das pessoas, abusar da inteligência das pessoas para dizer que está fazendo alguma coisa, enquanto não explicam onde estão os assessores do nosso Parlamentar.

Muito obrigado.

O SR. DOUTOR CARLOS – Sr. Presidente, até agradeço o aparte do Deputado Martelli.

Outro fato que me causou muita estranheza na leitura do relatório exarado lá pelo Senador de Goiás, quando ele cita nominalmente que somente três pessoas colaboraram decisivamente para as investigações, para a feitura do relatório, aquilo me deixou com a pulga atrás da orelha.

Veja bem, o Poder Judiciário do Estado de Rondônia não é composto de apenas um Desembargador, eu tenho certeza que sendo que um Desembargador é responsável pelos processos que tramitam relacionados a problemas aqui da Assembleia Legislativa é porque a lei exige que assim o seja, os outros Desembargadores têm a mesma integridade do Desembargador que é o responsável pelos processos que tramitam em relação a problema da Assembleia Legislativa. Eu achei muito estranho no relatório não haver qualquer espécie de reconhecimento, o trabalho efetuado pelo Procurador Geral da Justiça do Estado de Rondônia, quando citaram somente agradecimentos ao Promotor, ao Promotor de Justiça Dr. Robson e não citaram o nome do Dr. Abdiel. Eu acho que isso, não estou dizendo, pode ser uma opinião pessoal do Senador, mas eu entendo como desrespeito até ao próprio Ministério Público do Estado de Rondônia esse tipo de coisa e também ao citar outra pessoa nesse relatório também esquece da instituição da qual essa pessoa faz parte. Eu acredito também que ilações dizendo. ah! que o Judiciário como ele não afastou os Deputados Estaduais ele também quer sofrer uma investigação. Isso é brincadeira! Isso não é papel de Senado Federal, aquela Comissão é uma Comissão Externa sem poderes de Comissão Parlamentar de Inquérito...

O Sr. Beto do Trento – Um aparte, Deputado?

O SR. DOUTOR CARLOS - Isso é brincadeira, ele não poderia tecer esse tipo de declarações e que demonstram realmente só interessa em denegrir a imagem do Legislativo de Rondônia.

Um aparte ao Deputado Beto.

O Sr. Beto do Trento – Quero parabenizá-lo pelo pronunciamento, Dr. Carlos. Ouvia atentamente o seu pronunciamento, ouvi o do Deputado Martelli e quero aqui ratificar as suas palavras, que V.Ex^a vem falando, até pelo descaso como esses Senadores, essa Comissão está tratando o Estado de Rondônia, não são os Deputados, não são os Parlamentares, mas sim da forma como estão colocando o Estado de Rondônia na mídia nacional, desprestigiando, mas acima de tudo, desmoralizando o nosso Estado.

E esse relatório que obtive através de acesso à internet, ao site, nós vemos nesse relatório lá uma parte que eu tenho que discordar totalmente, até porque esta Casa tem feito o seu trabalho aqui, a Comissão de Orçamento, principalmente ela tem trabalhado, feito audiências em vários municípios, a Casa tem dado esse suporte para que os Deputados possam fazer audiências em vários municípios para serem discutidos,

para levar ao conhecimento da população do Estado de que forma vai ser feito o orçamento, de que forma está sendo feito o relatório, até para se poder aplicar os recursos com o conhecimento da população. E nós vimos aqui no relatório dizendo o seguinte: "Esta Comissão dos Senadores percebeu que nos bastidores da análise da lei orçamentária ora em discussão em Rondônia (e isso vem refletir na mídia local), a votação do orçamento vem servir de instrumento de pressão contra o Tribunal de Justiça e o Ministério Público para que este amenize a sua atuação contra Deputados envolvidos nos ilícitos aqui retratados."

Ora, até em momento algum vi nenhuma discussão dessa natureza, não vi em nenhum momento esta Casa aqui pressionando ninguém, até porque eu sou um membro, meu nome também está nessa relação de Deputados, e em momento algum eu vi por parte desta Mesa Diretora ou de Deputados aqui fazendo qualquer pressão. Então é outra inverdade que está nesse relatório que nós temos que repudiar.

Este é o meu aparte, Deputado.

O SR. DOUTOR CARLOS – Está certo. Presidente, só colocar aqui...

O SR. PRESIDENTE(Carlão de Oliveira) - Deputado, seu tempo já esgotou-se.

O SR. DOUTOR CARLOS – Conceda-me só um pouquinho de extensão Sr. Presidente. Eu queria fazer um alerta, Sr. Presidente, é lógico que no momento que a gente está...

O SR. PRESIDENTE(Carlão de Oliveira) – Deputado Paulo Moraes, V.Exª se inscreva aqui porque está no Pequeno Expediente.

O SR. DOUTOR CARLOS – Há momentos na vida da gente que a gente fica num estado de defesa onde na verdade todo mundo se aproveita, mas eu gostaria, Sr. Presidente, que a Casa, que nosso corpo coletivo da Assembléia Legislativa, nós temos que cobrar providências da bancada federal do Estado de Rondônia, Sr. Presidente, é brincadeira o que estão fazendo com o nome do Estado de Rondônia e V. Exª não vê um Senador da República levantar a voz e defender o Estado de Rondônia. Até aproveito neste momento para defender o Deputado Federal Miguel de Souza, onde até eu estive em Brasília a semana passada, que é membro do partido do Deputado Paulo Moraes, é uma das poucas vozes que está ali em Brasília defendendo, não digo defendendo esta Casa, defendendo o Estado de Direito, o estado democrático de direito do Estado de Rondônia, isso então quero parabenizar aquele Deputado e pedir aos demais Deputados que parem de querer crescer politicamente em cima da Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia, que trabalhem, façam alguma coisa, porque tenho certeza que se eles trouxerem recursos, fizerem o bem para o Estado de Rondônia a população de Rondônia os reconhecerá.

Agora, esse negócio de fazer política em cima das costas dos outros, para mim é uma baixaria muito grande. Então, Presidente, a gente só quer que seja colocada em votação a Moção de Repúdio a esse Senador do Estado de Goiás que eu não quero nem pronunciar o nome aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE(Carlão de Oliveira) – Com a palavra o Deputado Nereu, por cinco minutos, não permitindo aparte.

O SR. NEREU KLOSINSKI – Sr. Presidente, Srs. Deputados, a imprensa que nos assiste. Sem dúvida nenhuma, eu comungo com a idéia dos Parlamentares que já se manifestaram contrários ao relatório aprovado pela Comissão Externa do Senado, e contrário por algumas questões bastante claras, usando inclusive algumas palavras aqui do Dr. Carlos, quando no relatório faz agradecimentos a algumas pessoas que contribuíram para com o relatório. E nós entendemos assim pelo menos foi feito pela Assembléia em várias outras situações, quando você determina algumas situações você tem que no

mínimo ouvir os Poderes ou ouvir as pessoas. Infelizmente não aconteceu isso com a Assembléia Legislativa, em momento nenhum a Comissão Externa do Senado veio buscar algumas informações em relação ao relatório que ela estava fazendo, em nenhum momento da Comissão Externa do Senado, como disse o Deputado Martelli, veio uma informação de que a folha era paralela e crítica em cima disso sem ouvir a versão da Assembléia Legislativa, sem ouvir de fato se essas pessoas receberam o salário ou não. Nós acompanhamos o Estado de Rondônia, por exemplo, ele tem no mínimo umas três, quatro folhas, ele tem a folha do funcionário efetivo, ele tem a folha do funcionário CLT, ele tem a folha do funcionário comissionado, ele tem a folha do funcionário emergencial. Ora, a folha de pagamento é dividida em várias folhas, então isso perfeitamente pode ocorrer na Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia, é possível que ocorra até no Congresso Nacional. Então isso demonstra claramente que a decisão foi muito mais política do que ter a preocupação em ter uma decisão em que de fato tivesse a preocupação em regularizar uma situação se as tivesse irregular.

Comungo também com a preocupação levantada pelo Deputado Beto do Trento, porque quando na própria Constituição diz que você vai ter uma intervenção federal se algum dos Poderes não funcionar de forma correta, e se a Assembléia Legislativa cometeu alguns erros, ela tem que buscar a forma de resolver. Eu acho que uma das questões interessantes que esta Casa está fazendo é justamente esta discussão do orçamento, nós temos até uma lei aprovada de orçamento participativo. Como o Governo do Estado na etapa de discutir o orçamento não o fez com a sociedade, o que a Assembléia Legislativa fez? A Assembléia, através do período que tem para discutir, foi ouvir pelo menos uma parcela de representantes da sociedade para discutir esse orçamento. E com objetivo de quê? De ter uma participação efetiva da sociedade na discussão do orçamento. Qual a versão dada? Não, estava fazendo isso para pressionar. Quer dizer, se você faz um trabalho sério, você demonstra claramente de que o objetivo é ter a participação popular nas decisões, você é tachado que você está usando isso como moeda de troca ou como algum instrumento de pressão.

Então, a gente lamenta esse posicionamento e aqui eu acho que fica bastante claro de que essa Comissão Externa ela não é apenas de um partido político, vários partidos políticos estavam sendo representados nessa Comissão. Eu quero ter a certeza de que o Presidente da República, que vai ouvir os pareceres do Procurador Geral da República e de todos os órgãos que são competentes para isso, vão sem dúvida nenhuma emitir a opinião de que não é situação hoje para que haja a intervenção no Estado de Rondônia, que a gente precisa buscar em todos os Poderes, sem dúvida nenhuma, alternativas para melhoria, mas que nós não possamos aqui, em função de uma ação que foi muito mais política do que de fato com o objetivo de resolver as questões ou buscar alternativa, apresentou este encaminhamento. Então, somos, sem dúvida nenhuma, contrários a Intervenção federal no Estado de Rondônia, porque entendemos que estes Poderes têm condições de resolver as ações, e o povo que elegeu o Governador e Parlamentares vai ter oportunidade, se não concordar com a atual situação, de no processo eleitoral de 2006 mudar a sua linha de condições.

São estas as palavras, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Às 10 horas e 24 minutos o senhor Carlão de Oliveira passou a presidência ao senhor Deputado Deusdete Alves).

O SR. PRESIDENTE (Deusdete Alves) – Com a palavra o nobre Deputado Paulo Moraes por 20 minutos, com direito a aparte, se assim o permitir.

GRANDE EXPEDIENTE

O SR. PAULO MORAES – Sr. Presidente desta Casa, demais membros da Mesa, Srs. Deputados, eu tive oportunidade no dia de ontem de ler o relatório feito pela Comissão Externa do Senado Federal, sobre os problemas

ocorridos no Estado de Rondônia neste ano. E eu tenho, Sr. Presidente, uma concepção muito grande, de uma visão particular, sobre estes fatos. Na grande realidade, o que nós podemos presenciar, e digo eu particularmente, porque estive acompanhando do lado de fora e onde a gente pode analisar mais friamente os fatos ocorridos. E fico deverasmente me perguntado o porquê de tudo isso. Em que pese para mim não ser surpresa alguma, que mais uma vez políticos de outros Estados federados tentam ingerir nos problemas do Estado de Rondônia, mas daí, também analisando a hipocrisia, que são levados alguns fatos, eu me pergunto, e pergunto por que de tudo isso. Quando vejo nessa Comissão Senadores de uma estatura pífia como a do Promotor de Justiça Demóstenes, quando vejo a atuação pífia de um companheiro do ex-companheiro Rubens Moreira Mendes, mais um sem voto, que é o tal Sibá, que para mim tem nome de passarinho, Everton. Que inclusive teve a pachorra e a cara-de-pau em uma entrevista num canal de televisão de dizer que foi demitido quando trabalhava numa empresa em São Paulo porque foi pego dormindo no trabalho. Este é preguiçoso. Ele mesmo se diz preguiçoso. E garanto, e talvez, com toda certeza, faz do microfone todo esse alarido porque não se deu o trabalho de investigar verdadeiramente o que tinha que ser investigado. Mas ainda fico perplexo quando alguns órgãos da Imprensa noticiam de que o Promotor, o grande Promotor e hoje Senador Demóstenes comandava o jogo do bicho no Estado de Goiás. E foi eleito em cima do jogo do bicho, segundo o que está instaurado lá. Então, estes, onde eu quero chegar, Sr. Presidente e demais Deputados, estes não tem condições morais algumas ou mesmo éticas para tecer algum comentário sobre a Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia, sobre o Governo do Estado de Rondônia, ou mesmo, ainda, sobre qualquer associação de bairro, de qualquer cidade deste País. Eles não têm moral, absolutamente. Não têm condições.

Quando se diz nesse malfadado relatório de que a Assembléia tenta pressionar os Poderes do Estado, não é isto que vejo e não é isto que sinto desde que assumi aqui. Mesmo porque tive oportunidade, já no primeiro dia, de ter uma atuação lá na cidade de Guajará-Mirim juntamente com o Deputado Haroldo Santos e o Deputado Leudo Buriti, onde que se vê, pela primeira vez, salvo engano, a Assembléia Legislativa indo aos municípios procurando ouvir a população e saber dos seus anseios para poder fazer um orçamento participativo juntamente com o nosso povo. E quando se vê no Congresso Nacional, de onde eles são membros, onde o Congresso terá que gastar R\$100.000.000,00 (Cem milhões de reais) para poder apreciar e votar o orçamento da União num jogo de palavras entre o Presidente do Congresso, Senador Renan Calheiros, e o Presidente da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo que teve que ceder às pressões para abrir os cofres do Poder do Congresso Nacional para liberar todos esses recursos, que com certeza que para a Segurança Pública esse ano não foi liberado um real. Um real o Governo Federal liberou para a Segurança Pública. E nós estamos assistindo, o que os problemas de segurança pública. Um real o Governo Federal. Se brigou? O Ministro brigou para liberar R\$70.000.000 (Setenta milhões de reais) este ano. O que o Governo Federal ia gastar? Quarenta centavos per capita para segurança do povo brasileiro, não conseguiu nem os quarenta centavos per capita para a segurança do povo brasileiro. O Congresso Nacional gasta R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais) para apreciar e deliberar o orçamento.

Então, essas incongruências é que nos chamam atenção. Ontem, o povo brasileiro e nós rondonienses tivemos a oportunidade de assistirmos a absolvição do Deputado do PTB, salvo engano, o Deputado Federal Romeu Queiroz. Nós tivemos a oportunidade de ver a absolvição em Plenário do Deputado Romeu Queiroz, o mesmo que a Assembléia Legislativa fez aqui com os nossos companheiros, também fez os mesmos procedimentos, foram deliberados, foram colocados em votação e a maioria dos Deputados entendeu que eles não deveriam sofrer aquelas sanções, inclusive pedidas no próprio relatório da Assembléia Legislativa, que era a cassação, isto é o direito do Deputado de exercitar livremente conforme o seu

arbítrio, o seu direito mais sagrado que é o direito de votar independentemente conforme o seu pensamento.

E ontem o Congresso deu essa demonstração comprovadamente, o Deputado Romeu Queiroz estava envolvido no valerioduto. Estava lá, ele disse que pegou o dinheiro para pagar o caixa 2 do PTB de Minas Gerais, ele não nega, foi absolvido. E o Demóstenes, que ele deve ser o filho do Satanás, este não viu absolutamente nada, não sabe de nada, o cara foi absolvido ontem, ele não pede intervenção no Congresso Nacional, no Congresso Nacional que quando nós tivemos a oportunidade de assistir no Brasil, na campanha do Presidente Lula, ele dizer que no Congresso Nacional tinha mais de 350 picaretas, mas de 50% eram picaretas, dito pelo próprio nosso Presidente. E nada aconteceu, o Demóstenes ficou quieto, o Sibá, esse fica quieto mesmo porque ele não tem voto, ele tem que obedecer às orientações da Marina Silva e do Governo Federal.

Então a gente fica pensando o porquê disso tudo, o porquê querer não deixar que Rondônia resolva seus próprios problemas, fala-se de folha paralela, eu estive na Assembléia durante quatro anos, retorno agora, eu confesso para os senhores, eu nunca ouvi falar em folha paralela, nem perpendicular, nem oblíqua, eu nunca ouvi falar de folha nenhuma, comungo com o pensamento do Deputado Nereu Klosinski que há pouco disse aqui, existem várias folhas, isto é natural, o que importa é se as pessoas estão trabalhando, se as pessoas exercem a sua atividade e se não há problema nenhum nessas folhas das pessoas que trabalham, isso é o que importa. E o mais importante disso, vem um relatório e diz que 23 Deputados podem ser cassados por causa dessas ditas folhas paralelas, onde já existe um inquérito policial feito pela Gestapo do Lula, que é a Polícia Federal, não é? Feito pela Polícia Federal, está lá, a Polícia Federal está chamando o pessoal, estão sendo ouvidos. Esse inquérito, o que é o inquérito? Já diz, vem do latim, o inquérito é de inquirir, inquerid, não é, Deputado Kaká? Então a Polícia Federal está inquirindo, ela está investigando, e a Polícia Federal tem competência para isso, tem eficiência para isso, ela está fazendo o seu trabalho, ela tem prazos para cumprir. Agora, não se pode pinçar alguns depoimentos de algumas pessoas ditas nesse inquérito e se levar para uma Comissão do Senado que, salvo engano, esse inquérito até corre sob o segredo de Justiça, isso é crime, isso é crime, se realmente é segredo de Justiça não poderiam estar lá esses depoimentos e enxovalhar mais uma vez a Assembléia Legislativa e o Governo do Estado. Ninguém, ninguém neste País se esquece o Demóstenes, que lamentavelmente, não sei como, é Promotor.

Nos princípios constitucionais mais sagrados que o povo brasileiro teve depois da Constituinte de 88, que foi o mais amplo direito de defesa, a nenhum Deputado foi dado esse direito de defesa, a nenhum Deputado foi dado o direito de pelo menos chegar e dizer se ela é verdadeira ou não são verdadeiras estas acusações. Pelo que me consta, eu falei com muitos, nenhum deles até hoje prestou algum depoimento sobre isso e vem o Promotor Demóstenes e o Sibá dizer que tem que ser cassados os 23 Deputados porque existe uma folha paralela na Assembléia Legislativa. E eu fico perguntando para o Demóstenes o que houve no Estado do Espírito Santo? Nós todos acompanhamos na Assembléia Legislativa. Intervenção alguma, uma vergonha, uma vergonha o que aconteceu no Estado do Espírito Santo. O que houve no Estado do Mato Grosso? Outra vergonha. O que aconteceu no Estado de Roraima? Outra vergonha. O que aconteceu no próprio Estado de Goiás? Outra vergonha, e o Demóstenes que nem um cachorrinho desses carioteca da rua com o rabo entre as pernas nunca abriu a boca. E eu queria saber qual o objetivo. Deputado Carlão, eu queria falar e vou falar alguma coisa aqui ao finalizar, mas não queria ser crucificado com toda a certeza por nenhum Deputado. Até para não se dar conotação de que o Deputado Paulo Moraes possa ser um grande culpado por tudo isso que está acontecendo no Estado de Rondônia, mas é só para comprovar, é só para comprovar que esse Demóstenes deve ser o filho do Satanás mesmo, é só para comprovar que ele gosta das coisas erradas, que de certo tem alguma coisa a

dever lá com o Carlinhos Cachoeira, o bicheiro que reformou a sua casa e outros problemas.

Eu, quando Secretário de Segurança Pública, ao realizar esse concurso da Polícia Civil, vieram candidatos de todo o País, nós tivemos aqui aproximadamente 1.700 candidatos a Delegados de Polícia, 1.700 candidatos a Delegados de Polícias e também vieram pessoas de toda parte, inclusive do Estado de Goiás. Teve um rapaz que passou que era do Estado de Goiás e que reside, me lembrava há pouco sobre esse fato, e que reside na cidade de Anápolis, lá no Estado de Goiás, não me lembro o nome dele. Esse rapaz fez o concurso, passou, esse rapaz passou no escrito, esse rapaz foi para o oral, para a prova oral para a segunda fase e a terceira fase, Deputado Chico Paraíba, era a da investigação social e dentro das instituições policiais logicamente que se procura saber do passado de todas as pessoas, até para nós não termos nas fileiras tanto da Polícia Militar, quanto da Polícia Civil pessoas já com problemas de ordem judicial, e isso chama-se investigação social, e tem uma ficha para ser preenchida. Nesta ficha desse rapaz que eu não me lembro o nome dele, inteligente, tanto é que passou na escrita, passou na prova oral, aí tem uma das perguntas lá. Você já respondeu ou responde algum processo criminal. O rapaz falou e respondeu na ficha: "Não, nunca respondi, nem respondo um procedimento criminal." Logicamente não sabia ele que a Polícia faz as investigações no Brasil todo hoje, levantou e chegou ao conhecimento da Comissão do Concurso de que o rapaz respondia e respondeu um processo criminal por homicídio, havia sido condenado a 12 anos, tinha cumprido três anos e oito meses ou quatro anos e posteriormente tinha sido indultado pela Presidência da República.

Então, ele cometeu ali um crime de falsidade ideológica. E qual é a orientação nossa, qual era a orientação do Governo do Estado, qual é a orientação que também a Comissão do Concurso dá para a Academia de Polícia? não só ele, mas foram vários que aconteceu isso, é o desligamento incontinenti, incontinenti, o rapaz foi desligado para surpresa minha, foi daí que me lembrava, eu tive um dia no meu gabinete pela parte da manhã a oportunidade de conversar com o Senador Demóstenes que me ligou e pediu que eu relevasse o fato do rapaz ter respondido o processo e de ter mentido para a Polícia do Estado de Rondônia, ele nos pediu isso, que relevasse isso tudo, que não fizesse isso, não é, que era um rapaz bom, a sua família lá em Anápolis lhe ajudava muito, ele já tinha sido Secretário de Segurança e pedia esse favor a mim como colega, para que nós não fizéssemos esse procedimento.

Eu, na oportunidade, expliquei ao Senador que lamentava profundamente o que tinha acontecido com o rapaz que era um rapaz que era inteligente, possivelmente seria um bom Delegado porque nós vimos e ouvimos ele no concurso, mas que nós não poderíamos abrir mão de afastá-lo do certame do concurso porque ele não preenchia os requisitos que a Polícia queria. O rapaz esteve comigo, falou comigo, eu vi que era um rapaz bom, até diga-se de passagem, um rapaz bom, e orientei ele, eu não posso abrir mão, falei isso ao Senador, não vou abrir mão, porque se eu abrir mão, vou ter que abrir mão para vários outros policiais, inclusive Agentes de Polícia do nível médio, escrivães e não era justo você livrar a cara de alguém que estava fazendo para delegado e não livrar quem estava fazendo para agente de polícia. Então, a coisa foi de forma linear como tinha que ser, não é? Então, às vezes eu vejo, é por isso que eu não quero que me crucifiquem, mas eu citei este caso para dizer até onde vai a hipocrisia política neste País e aqui no Estado de Rondônia, e nós temos, com tudo o que está acontecendo, temos que ter o amadurecimento político de pelo menos não sermos hipócritas, de falarmos o que nós temos que falar, aquilo que disse ontem, não nasci Deputado, não vou morrer Deputado com toda certeza, se perder o mandato, se não for reeleito, volto para a minha Delegacia de Polícia, o Chico volta para a EMATER, o Carlão de Oliveira para a sua atividade, o Everton para as suas Rádios, o Doutor Carlos vai advogar, o Gazoni é comerciante, o Martelli volta para a enxada, aprender um pouco mais, faz tempo que ele não volta para a enxada, foi uma brincadeira do Martelli, foi ele que me fez um sinal, não é, mas é isso aí, nós não podemos ser hipócritas como o Demóstenes está sendo. Ele pede para se

fazer as coisas erradas e depois vem querer, Presidente, dar uma de puritano, isso não pode acontecer, isso que eu digo não pode acontecer. Então nos temos que colocar essas vísceras também dessas pessoas para o lado de fora, mesmo que elas cheirem mal, mas nós temos que colocar para fora. Vem o tal Sabiá, Sabiá, lá sei qual é o nome dele, fazer uma verborragia tão grande aqui no Estado de Rondônia, mas se o infeliz voto do povo rondoniense, para falar do Estado de Rondônia, se nem dos acreanos ele teve voto, ele não teve voto dos acreanos, quanto mais dos rondonienses, e vem querer cantar de galão. Então, estas coisas podem ter a certeza que tem o nosso comprometimento, a nossa parceria, a nossa solidariedade para a assinatura de qualquer Moção de Repúdio por estas questões. Se fossem pessoas sérias, se fossem pessoas que tivessem atuado com isenção, se fossem pessoas que tivessem atuado com imparcialidade, aí eu me renderia e me curvaria a qualquer relatório, mas com esses, com esses não, com toda certeza, Sr. Presidente.

(Às 10 horas e 45 minutos o senhor Deusdete Alves passa a presidência ao senhor Carlão de Oliveira).

O SR. PRESIDENTE (Carlão de Oliveira) – Com a palavra o Deputado Everton, por 20 minutos, com aparte.

O SR. EVERTON LEONI – Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhoras e senhores presentes aqui nas dependências desta Casa, nós ontem assistimos aquilo que nós já sabíamos que ia acontecer há muito tempo. Eu sempre tenho dito que esses percalços que nós estamos enfrentando já eram esperados, são quebra-molas que nós teremos que vencer dentro deste processo todo que nós estamos vivendo no momento, então é evidentemente que nós temos que receber esse tipo de manifestação, de relatório, de comentário, de crítica, de notícias com muita serenidade, com muita tranquilidade, cada um sabendo das suas virtudes e dos seus pecados. Agora, evidentemente que nós não podemos aceitar que peças como esta que foi redigida e aprovada por aquela Comissão do Senado, peça esta de caráter tão-somente diversionista, possam tentar colocar todos na vala comum e tentar julgar esta Assembléia antes mesmo da conclusão dos trabalhos da Polícia Federal e do Ministério Público. E falava antes o Deputado Paulo Moraes a questão da hipocrisia e realmente, Sr. Presidente, a hipocrisia hoje é um dos maiores males que afetam os seres humanos, porque nós não temos visto lá de parte daquele Senadores, como o caso de Demóstenes, de Sibá e de outros que fazem parte daquela Comissão, qualquer manifestação contrária, por exemplo, isso que vem acontecendo hoje no Congresso Nacional, quando Deputados e Senadores confessadamente têm-se manifestado contrários à votação do orçamento, que confessadamente têm dito à Imprensa que estão justamente obstaculizando a votação do orçamento para poder fazer pressão política contra o Governo, eles é que estão dizendo isto, e eu não ouço falar em intervenção no Congresso Nacional, quando eles estão com esta atitude, Sr. Presidente, construindo uma despesa para a Nação de cem milhões de reais, apenas com interesse político da oposição pressionar o Governo, isso é imoral, isso é ilegal e que certamente está tendo beneplácito de pessoas do calibre do senhor Demóstenes.

Eu também não tenho ouvido falar, Sr. Presidente, de intervenção no Congresso Nacional, quando já está provado pelas Comissões que ali existe o mensalão, quando mais de uma centena de Deputados, isso está lá nos extratos bancários, isso está nas retiradas, nas visitas aos bancos, estão sendo acusados e a grande maioria deles não está sendo processada, não, por terem recebido o mensalão. Ora se existe o mensalão, se existe a comprovação que mais de cem Parlamentares receberam o mensalão e eles não estão respondendo processo nenhum, então, o Congresso Nacional também não está funcionando e onde está o Senador Demóstenes, onde está o Senador Sibá, onde está a Senadora Fátima, que não se levanta contra isso, contra essa situação que também merece observação? Então, porque se nós formos levantar aquilo que está sendo ainda investigado, e muito bem investigado, diga-se de passagem, pela Polícia Federal, pelo Ministério Público,

mas que ainda não tem nenhuma conclusão com relação à folha paralela que dizem que existe, isso é troco perto do que eles fizeram lá na Capital Federal, e que não se fala em intervenção no Congresso Nacional.

Continuando, Sr. Presidente, nós temos um Presidente da República que diz que não sabe de nada, que não viu nada, que não ouviu nada, os Senadores ouvem ele dizer isso, os Deputados ouvem essa afirmação do Presidente e não se vê um processo de impeachment contra o Presidente da República. Ora, mas por muito menos se faz um relatório diversionista lá justamente fazendo este pedido com relação à Assembléia Legislativa. Ainda falando sobre intervenção, nós vemos partidos, políticos confessos, réus confessos dizendo que usaram caixa dois para chegar ao poder, para ganhar eleições, para estarem lá hoje, inclusive o partido do seu Demóstenes, porque se eles usaram um caixa dois, o mandato do seu Demóstenes também é ilegítimo e eu não vi ele falar ainda em renunciar ao seu mandato. Já que ele tem tanta clareza naquilo que ele pensa, do que ele diz, porque se houve caixa dois, se eles usaram expedientes escusos, ilegais, imorais para chegarem ao poder, os partidos que já confessaram usar o caixa dois, inclusive na eleição do próprio Presidente, também merecem a observação dessa questão da intervenção. E existe um silêncio sepulcral com relação a isso lá em Brasília, mas aí eles desviam a atenção para o Estado de Rondônia.

Já temos também a confissão de pagamentos do Exterior, de dinheiros vindos do Exterior para pagar agência de propaganda, para pagar campanhas políticas de Presidente, de Deputados, de Senadores, claro que isso ilegítima o mandato daqueles que estão lá, Senadores, Deputados e Presidente da República, e não se ouve falar em intervenção, não se ouve falar em intervenção e os que falam em intervenção aqui em Rondônia continuam no silêncio da hipocrisia com relação aos seus mandatos, que com isso também são ilegítimos. Os prejuízos aos Fundos de Pensão também já apurados, gente confessando para ser instrumento de poder para alimentar ações políticas envolvendo o Governo Federal, envolvendo Senadores, Deputados Federais, e não se ouve falar em intervenção. O mensalão do PT em Rondônia, Sr. Presidente, não foi esse mensalão do PT em Rondônia, não foi denunciado por ninguém da oposição, o PT é que denunciou o próprio PT do mensalão em Rondônia e não se está ouvindo falar em cassação de mandato das pessoas envolvidas, não se está ouvindo falar em processos que tenham sido abertos, eu não tenho dúvida que a Polícia Federal está investigando, não tenho dúvida, não tenho dúvida que o Ministério Público está investigando o mensalão de Rondônia, mas esses hipócritas que lá em Brasília apontam o dedo para Rondônia, mas não têm a coragem de apontar o dedo para as suas consciências. E aí eu pergunto: onde está a intervenção que é preciso que haja também em cima dessas pessoas?

Então, tudo isso evidentemente já era esperado por nós. São manobras muito bem concatenadas no sentido de desviar a atenção para os gravíssimos problemas que hoje existem nesta Nação, na Capital da República, envolvendo desde a Presidência até o 5º escalão da Câmara dos Deputados.

O Sr. Doutor Carlos – Um aparte, Deputado?

O SR. EVERTON LEONI – Pois não, Deputado Carlos.

O Sr. Doutor Carlos – Deputado Everton, parabenizo V.Exª pelas colocações expedidas neste momentos. Eu só gostaria de ler aqui um trecho do relatório do qual me reporte na minha fala com relação aqui ao item G das recomendações feitas pelo Senador lá do Estado de Goiás. Veja bem, aqui que eu entendo que há um desrespeito muito grande às instituições, aos Poderes do Estado de Rondônia. Veja bem: G – “Solicitar ao senhor Presidente do Senado Federal que oficie aos chefes de Polícia Federal, do Ministério Público e do Poder Judiciário de Rondônia, tecendo referências elogiosas às autoridades que atuaram até o momento na apuração da denúncia.

Inegável que às autoridades compete cumprir o que lhes determina o ordenamento jurídico do País. Assim, em princípio, nenhum elogio mereceriam as autoridades envolvidas nas investigações realizadas no Estado de Rondônia.

Todavia coragem e presteza e competência com que se houveram o Delegado Federal Dr. Joaquim Mesquita, Promotor de Justiça Ruides Coutinho, o Desembargador Sanção Saldanha não deve passar em claro.

Assim é que esta Comissão se sente no dever de prestar reconhecimentos ao desempenho das autoridades apontadas.

Eu só li isso aqui para demonstrar que eu entendo que as referências elogiosas tem que ser feitas a todas as instituições do Estado de Rondônia, que eu tenho certeza que as instituições respondem pelo seu todo, não pela atuação individual de membros desses determinados Poderes.

O SR. EVERTON LEONI – Muito bem. Eu acredito e concordo evidentemente que essas autoridades que foram citadas aí realmente merecem os elogios, mas que não se pode evidentemente é excluir outras autoridades que também têm feito o seu papel, o que ocorre, por exemplo, Deputado Carlos, é que o Dr. Abidiel não tem se curvado às vontades, não tem se curvado a algumas incursões de alguns Senadores quando têm, muitas vezes de forma até deselegante, ligado para cá e feito algumas colocações e até exigências, entre aspas, fora do Estado de Direito, atropelando qualquer peça jurídica que pudesse haver.

Então, evidentemente que eu apenas dei o exemplo sobre isso, os elogios não são demais que estão ali, o que tem são elogios de menos para outras pessoas que mereciam também o respeito e a consideração por parte de todos nós, não só daquela Comissão.

Ontem, já foi levantado aqui pelo companheiro Paulo Moraes, tivemos um outro julgamento que certamente abre a porteira, Deputado Carlos, para muitas e muitas outras absolvições que nós teremos lá na Câmara dos Deputados, quando o Deputado Romeu Queiroz foi absolvido depois de ter comprovado a Comissão que ele foi lá na boca do caixa, através dos seus assessores, buscar perto de quinhentos mil reais. E o que ocorre com isso, depois daquela votação, Deputado Carlos eu não vi nenhum discurso indignado da Câmara dos Deputados com aquela absolvição, não estou eximindo responsabilidade nossas aqui desta Casa em razão disso, mas é bom que se diga também que aqueles que apontaram o dedo para nós aqui para Rondônia, como disse antes, não estão sabendo apontar o dedo para as suas consciências, e quando nós vimos ontem a pizza sendo assada no forno da Câmara dos Deputados, eu não vi nenhuma voz indignada, nem do Senador, nem de Deputado com relação à absolvição de ontem, que certamente abre a porteira para muitas e muitas outras absolvições que virão por aí. Sem querer entrar no mérito da culpa ou da inocência daquele Deputado, agora que gente já foi cassado nas mesmas circunstâncias que ele foi, certamente foi.

Então o que nós queremos aqui apenas é dizer que preciso muita prudência, muita serenidade, se não teve prudência e se não teve serenidade essa Comissão do Senado, o País tem que ter agora prudência e serenidade, as autoridades desses Estados devem ter prudência e serenidade, o Presidente da República, se até aqui vem afirmando, reafirmando a todo instante que não sabe nada sobre nada, é importante que agora ele pelo menos tenha prudência e serenidade de ouvir as pessoas que efetivamente podem falar sobre o direito em cima de toda essa questão.

Então isso, Srs. Deputados, é apenas para mostrar a minha indignação em cima do que nós ouvimos e vemos ontem com relação ao relatório da Comissão, um relatório rasteiro, um relatório eminentemente político, que não se preocupou em efetivamente buscar a verdade, se preocupou em investigar, em saber exatamente o que acontece em Rondônia e aqui nesta Casa, mas eu tenho certeza e convicção de que a verdade prevalecerá, que a justiça prevalecerá e como disse outras vezes aqui, culpados evidentemente serão declarados culpados e inocentes certamente serão devolvidos à sua inocência.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Às 11 horas e 02 minutos o senhor Carlão de Oliveira passa a presidência ao senhor Paulo Moraes).

O SR. PRESIDENTE(Paulo Moraes) – Ainda no Grande Expediente, pelo prazo de vinte minutos, o eminente Deputado Chico Paraíba, com direito a aparte.

O SR. CHICO PARAÍBA – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, companheiros que estão aqui presentes, desde o início nós deixamos claro que na realidade estava se procurando um bode expiatório para jogar todas as mazelas deste País, e este bode expiatório sempre foi o Estado de Rondônia. Na realidade, quando desde o primeiro dia vi aquelas imagens do **Fantástico**, nós víamos os repórteres com raiva falando em Rondônia de tudo que aconteceu e dando o título de corrupção, lá em Brasília, Deputado Deusdete, chama-se mensalim, mesada, mensalão, ajuda de custo e assim sucessivamente. Aqui em Rondônia tudo chama-se corrupção e na realidade, companheiros, eu fico perplexo com tudo isso, porque o que vale na questão política é a nossa imagem, a nossa imagem, do Poder Legislativo, de todos foi totalmente abalada, e na realidade nós sabemos que juridicamente qualquer relatório de qualquer Comissão não tem funcionalidade jurídica. Agora, eu fico preocupado porque neste País estão acontecendo coisas ao arrepião da lei, está acontecendo todo dia, e a gente fica preocupado e com as questões que vêm acontecendo neste País, ao arrepião da lei. Eu entendo que apesar dos pesares esta palavra intervenção, Dr. Deusdete, começou soar no Estado de Rondônia e quem começou pregar isso foi o Governador do Estado, quem é que não se lembra no início do mandato quando o Governador do Estado se dirigiu a Brasília e pediu intervenção no Estado de Rondônia e de tanto o Governador do Estado pedir intervenção no Estado de Rondônia, ficou como se fosse uma palavra, uma frase corriqueira, eu mesmo fui a Brasília numa audiência com o Ministro da Justiça dizer que intervenção em Rondônia era nada mais, nada menos do que quebrar todas as correntes do processo democrático, quem tem o direito de julgar os políticos é a população através do voto, e você veja como essas palavras soam, isso nos preocupa porque quando o Governador no início do mandato queria colocar na marra ou influir no processo eleitoral da escolha da Mesa Diretora da Assembleia, já naquele momento, V. Ex^a sabe, Deputado Deusdete, que a Revista **ISTO É** colocou lá uma matéria onde o Governador no Estado inteiro e nas suas declarações pedia intervenção no Estado. Depois de toda essa divulgação em nível nacional, e criou-se no Congresso Nacional uma perplexidade, porque se o Governador no início do mandato estava pedindo intervenção no Estado, o que iriam pensar de nós aqui em Rondônia, nós naquele momento já dizíamos para o Governador que não era uma posição correta de um homem que estava no início do mandato pedindo intervenção no Estado.

O que aconteceu, Dr. Carlos? Aconteceu exatamente que em nível nacional se pensou que Rondônia era terra-de-ninguém, porque isto ficou gravado quando eu estive com o Ministro da Justiça já naquela época que o Governador tinha entregue fitas no início de seu mandato ao Ministro da Justiça. Resultado, tem um ditado que diz o seguinte: quando se fala a mesma coisa muitas vezes aquilo vira verdade.

Deputado Amarildo, eu estava dizendo aqui no meu pronunciamento que quem iniciou a massificação de pedido de intervenção no Estado de Rondônia foi o Governador no início de seu mandato. E de tanto ele falar criou-se em Brasília de fato uma questão como se isso fosse verdadeira, e eu ainda achei estranho, porque, Deputado Amarildo, o Governador nos quatro cantos pregou como se todos nós fôssemos bandidos aqui neste Estado. Resultado, o relatório, mesmo sendo político, mas, de qualquer forma, o Governador foi ensacado no mesmo saco, nós sabemos que de fato desde o início isso está acontecendo no Estado de Rondônia, porque o Governador naquele momento tinha que entender que o processo democrático se não for colocado com as coisas no momento certo, depois todos pagam. E de qualquer forma sabemos o que o Governador vai dizer agora, porque nós éramos de fato culpados de tudo, Dr. Deusdete, o que o Governador vai falar agora nos quatro cantos do Estado, que nós éramos os bandidos.

Eu sei que na realidade isso não passa de um processo político e eu quero dizer para os senhores que ninguém é

considerado culpado depois de todos serem analisados e depois das questões transitadas em julgado, ninguém pode ser considerado culpado, ninguém, e eu quero dizer para os senhores o seguinte: de fato, nós, a nossa imagem ficou prejudicada no Estado de Rondônia, exatamente por tudo isso que eu relatei, e repito, de tanto se falar em intervenção no Estado desde o início do governo, lá em Brasília fazem até chacota com o nosso Estado. Esta é que é a realidade. E dizer para os senhores o seguinte: que de fato a verdade virá.

Agora, eu peço para os nobres Parlamentares que neste momento nós temos que nos unir, inclusive para nos defender, e a nossa união, Amarildo, começa exatamente pela nossa imposição. Porque naquele momento, Deputado Amarildo, quando nós estávamos sendo colocados no mesmo saco, ou seja, como se a Assembleia fosse culpada de tudo, agora como o Estado também foi inserido e estão pedindo intervenção no Estado, então agora estamos a nos igualar. Então eu quero dizer para esta Casa que é o momento de nós começarmos a levantar a nossa cabeça, principalmente em cima das nossas reivindicações. Eu disse na sessão anterior e volto a dizer: não estou querendo recesso. Recesso para quê? Recesso normalmente a gente tira para visitar as nossas bases. Visitar as nossas bases para dizer o quê? Conclamo mais uma vez a todos os senhores que não estou preocupado em votar o orçamento às carreiras se não for cumprido, Sr. Presidente, as nossas emendas parlamentares. O Governo não vai perder nada com isso, sabe por quê, Presidente? Porque janeiro, fevereiro e março não se libera dinheiro para obras. Dinheiro para obras só se libera depois de maio e o Governador vai ter 1/12 avos assim como a Assembleia.

Então eu repito novamente, Amarildo, que a gente possa fazer uma união, votar os projetos que não prejudiquem a população, mas na questão do orçamento, já que nós fomos nivelados, já que agora o Governador é igual a nós, porque até aquele momento nós é que éramos os propineiros, agora a coisa inverteu, porque mesmo que seja um julgamento político, mas está claro que o Governador cometeu o mesmo crime porque estava oferecendo. E lá em Brasília a situação é pior, porque o pessoal recebeu o dinheiro, aqui em Rondônia não houve a materialização do crime, não ficou comprovado que alguém embolsou dinheiro, isso é a diferença. Então eu peço aqui aos nobres Parlamentares, os nossos companheiros que é momento de nos unirmos, defender a nossa Casa e defender principalmente o povo de Rondônia e os interesses das comunidades através das emendas parlamentares.

Então, fica aqui o nosso registro, fica aqui de fato que existe uma preocupação, Deputado Carlão de Oliveira, porque eu nunca ouvi dizer na minha vida que houvesse intervenção no Poder Legislativo, nunca ouvi dizer na minha vida que alguém pudesse intervir no Poder Legislativo. Nem na época da ditadura se viu falar em intervenção no Poder Legislativo. Agora, no Poder Executivo nós temos que trabalhar também porque estão acontecendo algumas coisas estranhas neste País, na realidade estão acontecendo atitudes estranhas neste País e eu não duvido se nós não virmos se alguém para querer usar Rondônia de bode expiatório, ou seja, desviar o foco, que alguns loucos possam inclusive querer pedir intervenção em Rondônia. Eu não duvido pelo momento que nós estamos vivendo.

Então, eu conclamo a todos os Parlamentares a um momento de muita união e de muito trabalho, e eu espero que o Governo do Estado possa liberar nossas emendas para a gente ter pelo menos a coragem de voltar às nossas comunidades.

São estas as minhas palavras. Eu agradeço de coração a todos os companheiros e quero estar junto, unido, para defender o Estado de Rondônia e principalmente a população de Rondônia. E eu fico triste quando ligo a televisão porque, Presidente, lá chama mesada, mensalinho, ajuda de custo e é todo mundo como se fosse uma coisa normal, quando falam da gente falam com raiva e muda exatamente esta situação.

Então, eram estas as minhas palavras. E a união, Presidente, neste momento é a palavra de ordem para o Poder Legislativo. Podem contar com o Chico Paraíba, eu sei que muitas vezes eu fui até mal interpretado, mas eu sou homem de posição, eu sou homem de palavra, eu sou homem que não corro do pau.

São estas as minhas palavras, Sr. Presidente, e meu muito obrigado.

(Às 11 horas e 16 minutos o senhor Paulo Morais passou a presidência ao senhor Carlão de Oliveira).

O SR. PRESIDENTE(Carlão de Oliveira) – Encerrado o Grande Expediente, passamos às Comunicações de Lideranças. Não há Oradores inscritos. Passamos a Ordem do Dia.

Antes de entrar na Ordem do Dia, vou suspender a sessão para que as lideranças entrem em acordo, conforme foi anunciado ontem, para ver a pauta de votação e a discussão como vai ficar a votação a partir de hoje.

Está suspensa a sessão.

(Suspende-se esta sessão às 11 horas e 17 minutos, reabrindo às 12 horas e 04 minutos).

O SR. PRESIDENTE(Carlão de Oliveira) – Está reaberta a sessão. Passamos à Ordem do Dia.

Solicito ao Secretário proceder à leitura das proposições recebidas.

O SR. CHICO PARAÍBA (1º Secretário) - Procedendo à leitura das proposições.

- Indicação do Deputado Beto do Trento:

Indica ao Sr. Governador do Estado sobre a necessidade de realizar um convênio com a Universidade Federal de Rondônia - UNIR para manutenção do campus de Rolim de Moura.

O Deputado que a presente subscreve, ouvido o Plenário na forma regimental e de acordo com o art. 199, do Regimento Interno, indica ao Senhor Governador do Estado sobre a necessidade de realizar um convênio com a Universidade Federal de Rondônia – UNIR, para manutenção do Campus de Rolim de Moura e atender o curso de agronomia.

JUSTIFICATIVA

Senhores Parlamentares, fomos procurados por acadêmicos da UNIR do Município de Rolim de Moura, nos expondo a grande necessidade de se firmar um convênio entre o Estado e UNIR, para manutenção daquele Campus, pois a situação em que se encontra hoje não tem a mínima condição de funcionamento, principalmente o curso de agronomia. Por isso o Estado de Rondônia deve colaborar com a UNIR na manutenção daquele Campus, para melhorar as condições do ambiente de estudo dos acadêmicos de Rolim de Moura.

Plenário das Deliberações, 07 de dezembro de 2005.
Dep. Beto do Trento.

O SR. PRESIDENTE(Carlão de Oliveira) – Solicito Sr. Secretário proceder à leitura das matérias a serem apreciadas.

O SR. CHICO PARAÍBA(1º Secretário) – Projeto de Resolução nº 041/05 – Comissão de Constituição e Justiça e de Redação. Susta o andamento da Ação Penal instaurada contra o Deputado Carlão de Oliveira.

O SR. PRESIDENTE(Carlão de Oliveira) – Srs. Deputados, nos termos do artigo 53 § 3º da Constituição Federal, passamos a apreciar o Projeto de Resolução nº 041/05 da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação. "Susta o andamento da Ação Penal instaurada contra o Deputado Carlão de Oliveira".

Solicito para assumir a direção dos trabalhos o Deputado Kaká Mendonça e conduzir a votação desta matéria, tendo em vista que para deliberar esta matéria o nosso Regimento orienta o Deputado que se tratando de causa própria ou assunto que tenha interesse deverá dar-se por impedido. Artigo 213, § do Regimento Interno. Nesse sentido comunico o meu impedimento de votar.

(Às 12 horas e 7 minutos o Deputado Carlão de Oliveira passa a presidência para o Deputado Kaká Mendonça).

O SR. PRESIDENTE(Kaká Mendonça) – A votação será nominal, conforme a Constituição Federal, Artigo 53, Inciso III. Os Deputados favoráveis à sustação do andamento do processo contra o Deputado Carlão de Oliveira votarão "SIM" e os contrários votarão Não.

Solicito ao Sr. Secretário iniciar a votação.

Convido os Srs. Deputados que se encontram em seus gabinetes ou nas galerias que possam adentrar ao Plenário para deliberação.

Os Deputados favoráveis votarão SIM e os contrários votarão NÃO.

Solicito ao Sr. Secretário iniciar a votação.

O SR. CHICO PARAÍBA(1º Secretário) - Procedendo à chamada nominal dos Srs. Deputados:

- Deputado Nereu Klosinski	- ausente
- Deputado Neri Firigolo	- ausente
- Deputado Amarildo Almeida	- sim
- Deputado Deusdete Alves	- sim
- Deputado Edison Gazoni	- sim
- Deputado Doutor Carlos	- sim
- Deputado Chico Paraíba	- sim
- Deputado Daniel Neri	- sim
- Deputado João da Muleta	- sim
- Deputado Marcos Donadon	- sim
- Deputada Ellen Ruth	- sim
- Deputado Haroldo Santos	- ausente
- Deputado Maurão de Carvalho	- ausente
- Deputado Kaká Mendonça regimental	- a b s t e n ç ã o
- Deputado Leudo Buriti	- sim
- Deputado Chico Doido	- ausente
- Deputado Paulo Moraes	- sim
- Deputado Ronilton Capixaba	- sim
- Deputado Everton Leoni	- sim
- Deputado Romeu Reolon	- sim
- Deputado Carlão de Oliveira	- impedido
- Deputado Edézio Martelli	- sim
- Deputado Beto do Trento	- sim
- Deputado Renato Velloso	- sim

Segunda chamada:

- Deputado Nereu Klosinski	- ausente
- Deputado Neri Firigolo	- ausente
- Deputado Maurão de Carvalho	- ausente
- Deputado Chico Doido	- ausente
- Deputado Haroldo Santos	- sim

O SR. PRESIDENTE(Kaká Mendonça) – Com 18 votos favoráveis, nenhum voto contrário, uma abstenção regimental, 01 impedido e 04 ausências. Fica decidida a sustação do andamento do processo. A matéria vai ao Expediente.

(Às 12 horas e 15 minutos o Deputado Kaká Mendonça passa a presidência para o Deputado Carlão de Oliveira).

O SR. PRESIDENTE (Carlão de Oliveira) – Encerrada a Ordem do Dias, passamos às Comunicações Parlamentares. Não há Oradores inscritos.

Nada mais havendo a tratar, antes de encerrar a sessão quero convocar as Comissões de Justiça e de Finanças para apreciar umas matérias a serem votadas ainda hoje. Logo depois de encerrar o trabalho da Comissão, está convocada outra Sessão Extraordinária.

Está encerrada a sessão.

(Encerra-se esta sessão às 12 horas e 16 minutos).

ATOS DIVERSOS**ATO/ADM/GP/Nº0990/2005**

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Lotar, a partir de 01.01.2006, no Gabinete do Deputado Ronilton Capixaba, a servidora **ALZETE DE OLIVEIRA MARTINS**, cadastro nº 991-1, ocupante do Cargo de Assistente Técnico Legislativo, pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal, deste Poder Legislativo.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua assinatura.

Gabinete da Presidência, 26 de dezembro de 2005.

**- Deputado Carlão de Oliveira -
Presidente**

ATO/ADM/GP/Nº0906/2005

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Lotar, a partir de 01.01.2006, no Gabinete da 1ª Secretaria, o servidor **ANTONIO RODRIGUES DO PRADO**, cadastro nº 185-0, ocupante do Cargo de Oficial Legislativo, pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal, deste Poder Legislativo.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua assinatura.

Gabinete da Presidência, 15 de dezembro de 2005.

**- Deputado Carlão de Oliveira -
Presidente**

ATO/ADM/GP/Nº1029/2006

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Transferir o ônus para o Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, a partir de 01.01.2006, em consonância com ofício nº 024/GP/TC, referente cedência do servidor **LAERCIO FERNANDO DE OLIVEIRA SANTOS**, cadastro nº 0301-2, Assistente Técnico Legislativo, concedido através do ATO/ADM/Nº691/2005.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua assinatura.

Gabinete da Presidência, 02 de Janeiro de 2006.

**Deputado Carlão de Oliveira
Presidente**

ATO/ADM/GP/Nº0833/2005

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Lotar, a partir de 08.12.2005, no Departamento Financeiro, a servidora **JANE ESTER SIQUEIRA LEMOS**, cadastro nº 850-0, ocupante do Cargo de Assistente Técnico Legislativo, pertencente ao Quadro Permanente de Pessoal, deste Poder Legislativo.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua assinatura.

Gabinete da Presidência, 08 de dezembro de 2005.

**- Deputado Carlão de Oliveira -
Presidente**

ATO/ADM/GP/Nº0544/2005

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia, no uso de suas atribuições legais, e, nos termos do Artigo 10, da Lei Complementar nº326, de 10 de novembro de 2005.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a servidora **YÊDA CUNHA SALES**, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Chefe de Gabinete, Código **DGS-3**, do Deputado Kaká Mendonça.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a 1º de novembro de 2005.

Gabinete da Presidência, 18 de novembro de 2005.

**- Deputado Carlão de Oliveira -
Presidente**

EDITAL DE CADASTRAMENTO**EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA CADASTRAMENTO E
RECADASTRAMENTO**

A Comissão Permanente de Licitação - CPL da Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia, em cumprimento ao disposto no artigo 34, § 1º da Lei nº 8.666/93, comunica aos interessados que estará promovendo o cadastramento e recadastramento de fornecedores, a partir desta data.

Os interessados deverão comparecer na sala da CPL/ALE, na sede da Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia, situada na Rua Major Amarantes, 390 - Bairro Arigolândia, nesta cidade de Porto Velho/RO, munidos da documentação exigida pelos artigos 27 a 31 da Lei supramencionada, relativa a:

- I – HABILITAÇÃO JURÍDICA;**
- II – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA;**
- III – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA;**
- IV – REGULARIDADE FISCAL.**

Porto Velho, 06 de março de 2006.

**JULIO CÉSAR CARBONE
Presidente da CPL/ALE**